



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
DAN – DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA  
BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA**

**EXPULSÃO VELADA E EXCLUSÃO ENTRE POPULAÇÕES LOCAIS  
DA BOCAINA: um estudo etnográfico.**

ISABELA DE OLIVEIRA BRASIL

Brasília – DF  
Novembro de 2021



ISABELA DE OLIVEIRA BRASIL

**EXPULSÃO VELADA E EXCLUSÃO ENTRE POPULAÇÕES LOCAIS  
DA BOCAINA: um estudo etnográfico.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade de Brasília, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Antropologia, sob a orientação do Professor Dr. Henyo Trindade Barretto Filho.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Henyo Trindade Barretto Filho (Orientador) (DAN/UnB)

Prof. Dr. Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (DAN/UnB)

Brasília – DF  
Novembro de 2021

## Agradecimentos

*À minha família,*

À Socorro, minha mãe, por ser meu maior exemplo de mulher, que possui uma fé inabalável por todos que a cercam e que me ensina todos os dias a importância de defender o que se acredita. Obrigada por todos os gigantes e diários esforços para que eu e Camila sejamos felizes, obrigada pela sua generosidade sem fim, obrigada por me ensinar sobre o perdão e principalmente sobre amor incondicional.

Ao Silvio, meu pai, pela paternidade tão presente e carinhosa, por todos os momentos em que largou tudo e correu para amparar os seus. Obrigada por se empenhar inesgotavelmente por mim e pela Camila, por ser um exemplo de humildade imensurável e por todo o resto que nem mil palavras poderiam expressar. Carrego em mim traços que não me deixam negar que sou sua filha, e que sorte a minha.

Agradeço aos dois, por todas as formas de apoio que recebi ao longo dos anos em que estive na Universidade, pelos incentivos constantes, por apostarem em mim e no que sou. Por besteira minha, as vezes ainda ousou duvidar que sou capaz de algo, sem perceber que os tendo ao meu lado, nenhum obstáculo é impossível de ser superado.

À Camila, minha irmã, por sua proteção leonina desde o dia em que cheguei da maternidade e passei a ser sua companhia diária, por me dar a oportunidade de conhecer alguém único como ela, por me emocionar com sua bondade tão pura e por me ensinar que vale a pena sonhar, por mais doido que o sonho seja.

À Naide e ao Sergio, minha avó e meu tio, por estarem aqui, agora. Obrigada por toda a felicidade e amor que trouxeram consigo.

*Aos meus amigos e amigas,*

À Leticia e Simone, por serem mais irmãs do que amigas, por me mostrarem todos os dias quão sortuda sou por tê-las encontrado. Por todas as risadas, lágrimas, abraços, cervejas, aperreios, escutas e todo o resto. Por mais que tente, não conseguiria expressar a gratidão pelo suporte ao longo de todo esse processo.

Ao Witor, meu amigo querido e de longa data, por todo apoio e por me ensinar a ver a vida de maneira mais leve e otimista.

Ao Yago, por sua amizade que foi porto seguro em incontáveis momentos.

A todos aqueles que passaram pela minha vida durante os anos de graduação, que amenizaram as dificuldades do percurso com sua companhia, com as inúmeras trocas e momentos inesquecíveis.

*Aos que fizeram parte da minha experiência em Paraty,*

À Antoniella, por ter aparecido como um anjo enquanto eu me encontrava sozinha em uma cidade que não conhecia, em plena pandemia. Obrigada pelo seu carinho tão fraternal, pelo colo quando precisei, por tudo.

À Billa, por tanto carinho e por ter tornado possível minha participação no projeto.

Ao Gallo, por todo o suporte ao longo dos meses em que estive em Paraty.

À toda a equipe do projeto *“Práticas sustentáveis nas comunidades caiçaras e quilombolas da Bocaina: convergências e conflitos com a Agenda 2030”*.

A todos os entrevistados, por todo os relatos compartilhados com a equipe e por terem sido tão receptivos e atenciosos.

*Aos professores e funcionários da Universidade de Brasília,*

À UnB por ser um ambiente único e democrático, no qual pude viver experiências maravilhosas e conhecer pessoas de todos os tipos. Pela educação pública, libertadora e de qualidade, tão necessária em tempos sombrios como os que vivemos.

A todos os professores que tive a oportunidade de conhecer e por todos os ensinamentos no decorrer da minha graduação.

Ao professor Carlos Alexandre, pela participação na banca de apresentação do meu trabalho e por todas as orientações atenciosas e valiosas para a melhoria dele.

Ao Henyo, meu orientador, por sua atenção, compreensão e paciência. Gratidão pela troca e por me ajudar, ao longo de dois conturbados anos, a construir essa monografia.

## RESUMO

Neste estudo, realizado junto a caiçaras e quilombolas do sul fluminense e norte paulista, busca-se discutir algumas das diversas formas de exclusão e expulsão, veladas ou não, vivenciadas pelas comunidades que habitam as unidades de conservação que constituem parte do contexto Estadual Serra do Mar (PESM). A partir deste contexto objetiva-se evidenciar como os moradores se veem afetados pelas inúmeras restrições a eles impostas quanto ao uso dos recursos naturais dessas áreas de proteção. Destaca-se, ao longo do estudo, como as populações que vivem no interior e/ou no entorno dessas UCs, mantêm um embate cotidiano com suas gestões autoritárias e punitivas, ao ponto de, nas situações extremas, serem obrigadas a deixar suas moradias, levando-as à marginalização nas cidades próximas e ao afastamento de sua identidade e tradições. Ressalta-se como esse contexto é um forte gerador de incertezas e insegurança para elas, que se veem a cada dia mais encurraladas e exiladas dentro de seu próprio território, tendo seus modos de vida característicos, tradições e costumes cerceados.

**Palavras-Chave:** Caiçaras. Quilombolas. Unidades de Conservação. Identidade. Expulsão. Exclusão.

## **ABSTRACT**

This study, carried out with caiçaras and quilombolas from the south of the state of Rio de Janeiro and the north of the state of São Paulo, seeks to discuss some of the various forms of exclusion and expulsion, veiled or not, experienced by the communities that inhabit the Conservation Units that constitute the scenario of this ethnography: the Serra da Bocaina National Park (PNSB) and the Serra do Mar State Park (PESM). The objective is to show how the residents are affected by the numerous restrictions imposed on them regarding the use of the natural resources of these protected areas. The study highlights how the communities living within these protected areas clash daily with their authoritarian and punitive management, to the point that, in extreme situations, they are forced to leave their homes, leading them to marginalization in nearby cities and the separation of their identity and traditions. This context is a strong generator of uncertainty and insecurity for them, who find themselves more and more trapped within their own territory, having their characteristic way of life, traditions, and customs curtailed.

**Keywords:** Caiçaras. Quilombolas. Conservation Units. Identity. Expulsion. Exclusion.

*Terra de pesca, mar de gente!  
Terra de cantos e de lutas,  
terra de águas & de marés de tempo.  
E de gerações!  
Plantio de vidas, colheita de histórias!  
A dança, o esforço, a sobrevivência,  
a celebração das roças  
nos mutirões!  
O sol nos mandiocais,  
a chuva nos ombros numa tarde de verão  
pelas antigas servidões, caminhos  
palmilhados no tempo sem estradas.  
A enxada como lápis & a terra, caderno de lição.  
A música de um povo escrita na sua existência!  
A canoa de um tempo e de um povo  
Levando no bojo a ancestralidade  
e resistindo aos temporais dos séculos  
nas marés humanas de pelejas  
assim na terra como no mar.*

(Santiago, poeta caiçara, da comunidade do Cambury, SP)



## LISTA DE QUADROS, ILUSTRAÇÕES E ANEXOS

|                  |  |    |
|------------------|--|----|
| <b>QUADRO 1</b>  | ENTREVISTADOS – IDENTIDADE – LOCAL DE MORADIA                            | 24 |
| <b>FIGURA 1</b>  | IMAGEM DE SATÉLITE COMUNIDADES VISITADAS EM CAMPO                        | 25 |
| <b>FIGURA 2</b>  | IMAGEM DE SATÉLITE DA COMUNIDADE DE CAMBURY (SP)                         | 26 |
| <b>FIGURA 3</b>  | IMAGEM DE SATÉLITE DA COMUNIDADE CAÇANDOCA (SP)                          | 27 |
| <b>FIGURA 4</b>  | IMAGEM DE SATÉLITE DA COMUNIDADE DE PICINGUABA (SP)                      | 28 |
| <b>FIGURA 5</b>  | IMAGEM DE SATÉLITE DA COMUNIDADE DE CAJAÍBA (RJ)                         | 29 |
| <b>FIGURA 6</b>  | IMAGEM DE SATÉLITE DA COMUNIDADE DE CALHAUS (RJ)                         | 29 |
| <b>FIGURA 7</b>  | FOTO 1- CAIÇARAS DURANTE ENTREVISTA-CALHAUS (RJ)                         | 45 |
| <b>FIGURA 8</b>  | FOTO 2- CAIÇARA E SEU ARTESANATO-CALHAUS (RJ)                            | 50 |
| <b>FIGURA 9</b>  | FOTO 3- CAIÇARA MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO LOCAL- PICINGUABA (SP)              | 52 |
| <b>FIGURA 10</b> | FOTO 4- SEDE DO CENTRO COMUNITÁRIO-QUILOMBO DA CAÇANDOCA (SP)            | 53 |
| <b>ANEXO 1</b>   | CARTOGRAFIA SOCIAL QUILOMBO E CAMUNIDADE CAIÇARA DO CAMBURI (SP)         | 76 |
| <b>ANEXO 2</b>   | CARTOGRAFIA SOCIAL COMUNIDADE CAIÇARA DA PICINGUABA (SP)                 | 77 |
| <b>ANEXO 3</b>   | CARTOGRAFIA SOCIAL COMUNIDADE CAIÇARA DO POUSO DA CAJAÍBA (RJ)           | 78 |
| <b>ANEXO 4</b>   | CARTOGRAFIA SOCIAL COMUNIDADE CAIÇARA DO CALHAUS, IPANEMA E GALHETA (RJ) | 79 |

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

|                  |   |
|------------------|---|
| <b>APA</b>       | Área de Proteção Ambiental  |
| <b>APP</b>       | Área de Preservação Permanente  |
| <b>CBD</b>       | Convenção da Diversidade Biológica  |
| <b>ECO-92</b>    | Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento                   |
| <b>ENSP</b>      | Escola Nacional de Saúde Pública  |
| <b>FCT</b>       | Fórum de Comunidades Tradicionais Angra-Paraty-Ubatuba                                |
| <b>FIOCRUZ</b>   | Fundação Oswaldo Cruz Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                 |
| <b>FIOTEC</b>    | Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde                     |
| <b>IBAMA</b>     | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais                         |
| <b>IBDF</b>      | Instituto Brasileiro de Defesa Florestal  |
| <b>ICMBio</b>    | Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade                             |
| <b>IEA</b>       | Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo                           |
| <b>INCRA</b>     | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária                                   |
| <b>IOC</b>       | Instituto Oswaldo Cruz  |
| <b>ODS</b>       | Objetivos do Desenvolvimento Sustentável  |
| <b>OIT</b>       | Organização Internacional do Trabalho   |
| <b>OMS</b>       | Organização Mundial de Saúde  |
| <b>ONG</b>       | Organização Não Governamental   |
| <b>ONU</b>       | Organização das Nações Unidas   |
| <b>OTSS</b>      | Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina                       |
| <b>PETROBRAS</b> | Petróleo Brasileiro S.A   |
| <b>PNAP</b>      | Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas  |
| <b>PNPCT</b>     | Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais |
| <b>PNSB</b>      | Parque Nacional da Serra da Bocaina   |
| <b>RDS</b>       | Reserva de Desenvolvimento Sustentável  |
| <b>RESEC</b>     | Reserva Ecológica   |
| <b>RESEX</b>     | Reserva Extrativista  |
| <b>RPPN</b>      | Reserva Particular do Patrimônio Natural  |
| <b>SEMA</b>      | Secretaria Especial do Meio Ambiente  |
| <b>SNUC</b>      | Sistema Nacional de Unidades de Conservação   |
| <b>SPU</b>       | Secretaria do Patrimônio da União   |
| <b>TAUS</b>      | Termo de Autorização de Uso Sustentável   |

|                   |  |
|-------------------|--|
| <b>TBC</b>        | Turismo de Base Comunitária                        |
| <b>TBIG</b>       | Terminal da Baía da Ilha Grande                    |
| <b>TRANSPETRO</b> | Petrobras Transporte S.A.                          |
| <b>UC</b>         | Unidade de Conservação                             |
| <b>UICN</b>       | União Internacional para a Conservação da Natureza |

# SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>SUMÁRIO</b> .....  | <b>12</b> |
| <b>1. INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>13</b> |
| <b>2. ASPECTOS METODOLÓGICOS</b> .....  | <b>22</b> |
| <b>2.1 O TRABALHO DE CAMPO</b> .....  | 23        |
| <b>2.2 AS COMUNIDADES PESQUISADAS</b> .....   | 25        |
| <b>3. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO</b> .....   | <b>30</b> |
| <b>3.1. BREVE HISTÓRICO SOBRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NACIONAIS</b> .....                           | 32        |
| <b>3.2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E POPULAÇÕES LOCAIS</b> .....                                       | 37        |
| <b>4. CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DAS UCS ESTUDADAS E SUAS POPULAÇÕES RESIDENTES</b> .... | <b>42</b> |
| <b>4.1. PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BOCAINA</b> .....   | 42        |
| <b>4.2. PARQUE ESTADUAL SERRA DO MAR</b> .....  | 43        |
| <b>4.3 POPULAÇÕES LOCAIS DA BOCAINA</b> .....   | 44        |
| <b>4.4 MUDANÇAS NO SÉCULO XX E SEUS REFLEXOS SOBRE AS POPULAÇÕES DA BOCAINA</b> .....               | 47        |
| <b>5. EXPULSÃO VELADA E EXCLUSÃO</b> .....  | <b>54</b> |
| <b>5.1. A GESTÃO CERCEADORA, PUNITIVA E VIGILANTE</b> .....   | 56        |
| <b>5.2 EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE EXCLUSÃO</b> .....  | 62        |
| <b>6. CONCLUSÃO</b> .....   | <b>68</b> |
| <b>7. REFERÊNCIAS CONSULTADAS OU CITADAS</b> .....  | <b>72</b> |
| <b>8. ANEXOS</b> .....  | <b>75</b> |

## 1. Introdução

Ao ingressar na Universidade de Brasília, no ano de 2015, meu interesse inicial no curso de Antropologia estava alinhado a um olhar voltado para o campo da saúde, em particular ao tema “saúde da mulher”. Assim, a escolha por matérias relacionadas à saúde da mulher, à saúde mental, partos e reprodução foi constante ao longo da minha jornada na graduação. Tendo em vista que sou paraense, tinha como objetivo adentrar ao campo da antropologia da saúde com foco nas comunidades ribeirinhas do Pará. Fazer o campo nas ilhas que circundam a minha cidade, Belém, era um grande desejo. A vida, porém, acabou me levando para caminhos diferentes.

Passados quatro anos, tendo percorrido diferentes trilhas e temas de estudo, cumprido quase a totalidade da grade curricular do curso e já me encaminhando para sua conclusão, ainda não havia decidido sobre o tema que desenvolveria em minha monografia, etapa necessária para o cumprimento dos créditos. Eis que surge uma oportunidade de estágio, no ano de 2019, em um projeto de pesquisa financiado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS)<sup>1</sup>, numa colaboração com o Fórum de Comunidades Tradicionais Angra-Paraty-Ubatuba (FCT).

O OTSS atua nos territórios tradicionais da região da Bocaina em torno da realidade socioeconômica, ambiental e cultural das comunidades residentes, buscando a redução das situações de conflito e vulnerabilidade. Ele realiza campanhas de defesa do território; encontros para ampliação de conhecimentos; produção de soluções para os conflitos; apoio e articulação para defesa e o acompanhamento de processos judiciais e administrativos coletivos e individuais; participação em conselhos gestores de unidades de conservação, fóruns regionais e em processos de ordenamento territorial e licenciamento ambiental de grandes empreendimentos.

O FCT, por sua vez, foi formado em 2007 pela união de lideranças indígenas, quilombolas e caiçaras de diferentes comunidades da região. O Fórum atua como uma rede de articulação de instituições de base e tem como missão a articulação de povos e comunidades tradicionais para promoção do desenvolvimento sustentável e para defesa e garantia de seus

---

<sup>1</sup> Criado a partir de uma parceria entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT), o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS) se define como um espaço tecnopolítico de geração de conhecimento crítico, a partir do diálogo entre saber tradicional e científico, para o desenvolvimento de estratégias que promovam sustentabilidade, saúde e direitos para o bem viver das comunidades tradicionais em seus territórios. Informação disponível em: <<https://www.otss.org.br/observatorio>>. Acesso em 15 de setembro de 2021.

direitos, em especial os territoriais. Os casos coletivos de conflitos socioambientais territoriais e a formação para o empoderamento dos comunitários para a compreensão de seus direitos e a geração de autonomia na luta pela permanência nos territórios tradicionais são suas principais frentes de atuação<sup>2</sup>.

Participar do projeto pareceu-me, naquele instante, uma oportunidade imperdível, pois me permitiria exercitar, no campo, as especificidades e noções da pesquisa etnográfica, ainda pouco desenvolvidas na minha formação ao longo do curso. Conhecer a realidade das comunidades locais remeteu-me ao antigo desejo, nos anos iniciais do curso, de desenvolver estudos em comunidades ribeirinhas de meu estado natal. Ainda que a pesquisa tivesse como foco comunidades tradicionais marinhas, cujas características do ambiente em que vivem diferem, em grande medida, daquele no qual subsistem as populações que habitam às margens dos rios amazônicos, conhecer tal realidade foi tentador e oportuno.

O projeto, denominado *Práticas sustentáveis nas comunidades caiçaras e quilombolas da Bocaina: convergências e conflitos com a Agenda 2030*, tem como objetivo identificar e descrever as práticas sustentáveis de comunidades tradicionais na região da Bocaina, ressaltando os determinantes e riscos decorrentes de sua interação com as mudanças econômicas, ambientais e sociais da região. Visa também aferir as práticas sustentáveis destas comunidades em sua relação com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) expressos na Agenda 2030 da ONU, investigando se e como os ODS são vivenciados por meio das diferentes práticas que caracterizam essas comunidades.

A equipe do projeto foi formada por quatro pesquisadoras vinculadas à Fiocruz: duas sociólogas, uma geógrafa, uma cientista social e eu, como estagiária do curso de Antropologia. A equipe contou também com a colaboração de participantes e pesquisadores do *Projeto POVOS*, iniciativa da Fiocruz, com apoio da Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiotec)<sup>3</sup> e financiamento da empresa de economia mista Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras), por meio do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), que se propõe a realizar a caracterização social dos territórios das comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas da região da Bocaina.

Dentre as minhas incubências como estagiária do projeto em campo estavam a

---

<sup>2</sup> Informação disponível em: < <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/forum-de-comunidades-tradicionais-indigenas-quilombolas-e-caiçaras-de-angraparatyubatuba-sp/> >. Acesso em 03 de outubro de 2021.

<sup>3</sup> Instituída como uma fundação privada sem fins lucrativos com o objetivo de prestar apoio às funções de ensino, pesquisa, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, produção de insumos e serviços, informação e gestão implementadas pela Fiocruz. Informação disponível em: <<https://www.fiotec.fiocruz.br/institucional/perfil-institucional>>. Acesso em 03 de outubro de 2021.

assistência ao trabalho de campo, o apoio no agendamento de entrevistas nas comunidades, a participação nas entrevistas conduzidas nas comunidades visitadas e o apoio na logística. A minha principal tarefa foi a transcrição das entrevistas realizadas pelas pesquisadoras no trabalho de campo. As transcrições dessas entrevistas constituem o material empírico substantivo utilizado neste trabalho de conclusão de curso.

Desde o início do projeto e a minha vinculação a este, no segundo semestre de 2019, fiz duas viagens ao Rio de Janeiro. A primeira foi no mês de setembro para uma reunião na sede da Fiocruz com a equipe da pesquisa. Nela pude entender melhor o projeto e conhecer a equipe com qual trabalharia. Nessa reunião conversamos a respeito das questões que envolviam a pesquisa: qual sua lógica principal; as áreas que visitaríamos em breve; e os maiores desafios que eram antevistos para todo o processo. Com tantas informações, me vi na necessidade de iniciar novas leituras e me aprofundar no assunto referente às comunidades que conheceria e também sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

A segunda viagem ocorreu em outubro daquele ano, já para irmos ao campo pela primeira vez, durante o período de uma semana. Como mencionei inicialmente, até este momento eu ainda não tinha em mente qual seria o tema da minha pesquisa de graduação. Havia a expectativa, contudo, de que a ocasião de estagiar no projeto me oportunizaria definir um. Tinha a consciência de que estaria iniciando uma experiência de aprendizado única e que poderia então “unir o útil ao agradável”, escrevendo sobre uma parte da minha experiência de estágio em meu trabalho de conclusão de curso, provavelmente até mantendo a linha de Antropologia de Saúde (já que haviam informações muito preliminares sobre o contexto sanitário e de morbidade de mulheres quilombolas na região). Nesse meio tempo, me matriculei em matérias relacionadas à Cultura e Meio Ambiente, temas com os quais eu não tinha proximidade até então em minha trajetória na graduação.

A primeira ida à Paraty durou quatro dias e teve como propósito: conhecer algumas comunidades; apresentação tanto do *Projeto POVOS* quanto do trabalho do OTSS para a equipe; e, principalmente, dialogar como ambos os projetos poderiam se ajudar e se fortalecer.

A primeira comunidade que visitamos foi o Quilombo do Cambury, situado ao norte do município de Ubatuba, no litoral norte de São Paulo. Essa comunidade foi formada por escravizados e ex-escravizados vindos de Ubatuba ou Paraty, indígenas Karapeva, caiçaras e pescadores<sup>4</sup>. A área faz fronteira com o município de Paraty, no litoral sul do estado do Rio de

---

<sup>4</sup> Informação disponível em: < <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/camburi.pdf> >. Acesso em 17 de julho de 2021.

Janeiro. Atualmente suas terras se encontram integralmente dentro do Parque Estadual da Serra do Mar e parcialmente nas fronteiras do Parque Nacional da Serra da Bocaina, ambas unidades de conservação de proteção integral.

De acordo com o que ouvimos dos moradores, em Cambury estão presentes tanto famílias que se reconhecem como quilombolas quanto como caiçaras. Na primeira ida a campo, conhecemos dois moradores, lideranças locais: Karen (presidente da Associação Quilombo e Amigos do Camburí) e Jorge, com quem tivemos uma breve conversa a respeito da situação da comunidade, sua relação com o Parque, conflitos locais e outros temas. A respeito das unidades de conservação que se sobrepõem ao quilombo, Karen afirmou: “a gente não é contra as unidades de conservação, só que antes da rodovia existir não tinha necessidade delas”; e acrescentou: “eles demarcaram o que é deles!”; enfatizando que não houve qualquer tipo de acordo mútuo ou prévio com a população local e que essa sobreposição do Parque causa inúmeros problemas, dentre os quais o impedimento do plantio, que faz com que muitos deixem a comunidade.

Ainda, de acordo com as lideranças, um dos principais conflitos que a comunidade do Cambury enfrenta no momento é a luta contra os operadores do turismo de massa, que constantemente constroem estabelecimentos dentro da comunidade.

Ao discorrer sobre o desenvolvimento do turismo em comunidades de base econômica frágil, como caracterizam-se as comunidades tradicionais, Tofani (1999) observa como essa atividade tem provocado nessas comunidades o aumento das taxas inflacionárias, devido a fatores tais como o aumento da demanda por bens e serviços importados e os aumentos de preços de bens e serviços ofertados para turistas, dentre outros aumentos que se refletem nos orçamentos das populações locais, o que faz com que – ainda que haja ampliação da renda de algumas famílias trazida pelos ganhos oriundos do turismo – estas não consigam suportar o elevado aumento do custo de vida local.

De outro modo, o aumento dos preços dos imóveis e da especulação devido ao crescimento da demanda imobiliária provocado pelo turismo eleva a pressão de venda sobre as famílias proprietárias de imóveis. Tais fatores, somados a outros também abordados em nosso estudo, levam à “expulsão econômica” dos habitantes mais pobres dessas comunidades, contribuindo assim, segundo o autor, para formas danosas de segregação espacial.

De maneira geral, o turismo de massa possui efeito destruturante sobre as formas de vida das populações locais que se veem sob a influência dos empreendimentos dessa forma de atividade econômica. Ignarra (1999) observa que, sendo os rendimentos do turismo maiores



que os das atividades agrícolas, há uma tendência de os agricultores deixarem, gradualmente, essas atividades de lado e se concentrarem na atividade turística. Isto pode causar um efeito negativo observado em muitas destinações turísticas, que é a dependência econômica exclusiva do turismo, que pode levar a comunidade a sofrer graves problemas de desemprego em decorrência da sazonalidade da atividade.

As lideranças entrevistadas, porém, também nos apresentaram um contraponto a esse problema, que tem se (a)firmado a partir da ação coletiva dos moradores: o turismo de base comunitária na forma da Rede Nhandereko (“nosso modo de viver”, em Guarani), uma iniciativa do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, que luta contra o turismo hegemônico e é feito inteiramente pelas pessoas que vivem na região, a partir de uma nova lógica turística que possibilita, ao mesmo tempo, geração de renda, respeito ao modo de vida, ao meio ambiente e a consolidação da luta em defesa do território tradicional.

Após essa breve, mas rica, conversa, nos direcionamos ao Sertão da Fazenda. Aqui é importante fazer a diferenciação que nos foi apresentada pelos moradores. Estes separam as localidades em duas categorias: sertão e mar, sendo configurado como sertão qualquer localidade que esteja ao norte da estrada, e mar, aquelas que estão ao sul, no sentido do literal.

O local que visitamos inicialmente foi o Sertão da Fazenda, onde hoje está a comunidade do Quilombo da Fazenda, que fazia parte da “Fazenda Picinguaba” no fim do século XIX. A proprietária, Maria Alves de Paiva, faleceu no ano de 1884 e deixou expresso em testamento a sua intenção de libertar as pessoas que escravizava e permitir que estes habitassem espaços da fazenda. Em 1979, com a construção da rodovia Rio–Santos e do segmento Ubatuba–Paraty, o quilombo foi anexado ao Parque Estadual da Serra do Mar<sup>5</sup>. Em 2005, ele recebeu o reconhecimento da Fundação Palmares como remanescente de quilombo.

Ao chegarmos, tivemos uma roda de conversa com Vera, Guilherme e Seu Zé Pedro, ancião da comunidade – que, infelizmente, veio a falecer no dia 18 de maio de 2021. Nessa conversa também foi abordado o surgimento das unidades de conservação e o Parque Estadual da Serra do Mar. Seu Zé Pedro falou que “o Parque ajuda a não invadirem, mas atrapalha a gente a trabalhar”; e, resgatando o tratamento dado às pessoas da comunidade, que “a gente não pode, mas as visita pode” – devido às penalidades impostas às pessoas que vivem na comunidade e que infringem algum código de conservação (plantando, utilizando o fogo na

---

<sup>5</sup> Informação disponível em: <<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/pesm/nucleos/picinguaba/comunidade/>>. Acesso em 17 de julho de 2021.

prática da coivara<sup>6</sup>, etc.). Foi relatado também que um drone do Parque Serra do Mar constantemente sobrevoa a comunidade para verificar se os moradores estão quebrando tais códigos e, caso estejam, sejam multados.

Seu Zé Pedro, ao longo da conversa, falou sobre a visão que a administração do Parque possui das comunidades quilombolas, permeada pelo interesse econômico no local como atração turística, o que impede que essas comunidades se beneficiem de recursos trazidos pela modernidade: “Se fosse por eles, nós não teríamos nem luz aqui, porque ia ser melhor pro turismo, vir visitar a gente com as antigas lamparinas”.

Guilherme, de 20 anos, nos contou que ocorreu ali no Quilombo da Fazenda o encontro dos jovens do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT). Nele estavam presentes mais de 60 jovens dos municípios de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, que discutiram diversos temas, tais como: engajamento político, questões a respeito de identidade, turismo de base comunitária – TBC, dentre outros temas importantes. Também nos disse que o TBC da Fazenda é de gestão coletiva e que o roteiro é baseado em um passeio que oferece como atrativos: “alimentação da roça”; “café na roça”; visita à agrofloresta; e também a degustação da cachaça produzida pela comunidade. Nesse esquema, os homens trabalham como guias e monitores dos passeios, e as mulheres trabalham como cozinheiras. Segundo Guilherme, a renda obtida no final é dividida por todos, porém este não explicou como isso ocorre exatamente.

Vera nos contou sobre o Encontro das Mulheres do FCT, que acontece no Quilombo. Trata-se de uma ocasião na qual as mulheres que compõem o Fórum, com a intenção de fortalecer e ampliar vínculos a partir de experiências agroecológicas, se reúnem durante três dias para partilhar vivências, mudas e sementes crioulas, conversar sobre TBC, economia solidária, práticas de autocuidado e têm aulas de culinária.

No dia seguinte, a equipe da pesquisa foi à comunidade caiçara de São Gonçalo, no município de Paraty (RJ). Lá encontramos com Vaguinho (Vagno) e Hernane, ambos guias das atividades de turismo de base comunitária local. Na conversa que tivemos com os dois, enquanto realizávamos o percurso do passeio de barco que os turistas normalmente fazem, eles nos disseram que apenas 20% da posse de terra atual é dos moradores da comunidade e que a fonte de renda principal destes baseia-se na pesca, turismo e prestação de serviço para a cidade ou condomínios próximos (como empregados domésticos, vigilantes, etc.).

Durante o trajeto de barco passamos pela Ilha do Cedro e pela Ilha do Pelado, onde estão

---

<sup>6</sup> Coivara é uma técnica agrícola que consiste na queima de um trecho de mata para o plantio e o posterior descanso da terra antes de um novo cultivo, algo próximo a um pousio agrícola e florestal (SILVA, 2005).

o Bar da Dita e o Bar da Beth, que conseguiram uma autorização que lhes permite permanecer e desenvolver negócios na área por meio de um TAUS (Termo de Autorização de Uso Sustentável)<sup>7</sup>. O TAUS é conferido em caráter transitório e precário para comunidades tradicionais, com o objetivo de possibilitar a ordenação do uso racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis na orla marítima e fluvial, voltados à subsistência dessa população. A autorização compreende áreas utilizadas tradicionalmente para fins de moradia e uso sustentável dos recursos naturais. A concessão de TAUS é regulamentada pela Portaria SPU nº 89, de 15 de abril de 2010<sup>8</sup>.

Os outros dois dias em Paraty foram reservados a encontros com membros da equipe do Observatório, especificamente a que compõe o *Projeto POVOS*, para que eles pudessem apresentá-lo e assim vermos de que forma poderiam dialogar com a nossa pesquisa, além de nos contar mais sobre sua atuação no mosaico da Bocaina, evidenciando e retratando as comunidades a partir da cartografia social.

Ao fim dessa primeira visita, a questão da sobreposição das unidades de conservação em questão – Parque Estadual Serra do Mar e Parque Nacional da Bocaina – com as comunidades quilombolas e caiçaras se mostrou como um problema de suma importância, enfatizado nas falas dos moradores ao dizerem como se sentiam afetados pelas inúmeras restrições a eles impostas quanto ao uso dos recursos naturais, muitas das vezes sendo expulsos dos seus territórios, obrigados a migrar para outros locais, por não haver mais ali qualquer tipo de perspectiva para o seu futuro, se mantiverem seu modo de vida tradicional.

Diante dessas falas foi possível perceber que tais territórios não são apenas o local onde moram, mas também onde exercem sua religião, sua cultura, desenvolvem relações sociais e econômicas, e, cotidianamente, elaboram/constroem/afirmam suas identidades. Transpareceu que os moradores das áreas destinadas à conservação estão a elas ligados intimamente, numa relação de interdependência que, por fim, entrelaça seu futuro e mostra os caminhos possíveis de conciliação de interesses recíprocos, muitas vezes divergentes. Cristiano, caiçara do Pouso da Cajaíba (RJ), expôs ao ser questionado sobre a relação atual entre os moradores e o Parque:

---

<sup>7</sup> Os direitos de utilização dos bens imóveis da União, sejam construções, terras, águas ou florestas públicas, podem ser destinados pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) a agentes públicos ou privados, visando efetivar a função socioambiental desse patrimônio, em harmonia com os programas estratégicos para a nação. Há diferentes instrumentos para realização dessa transferência de direitos, dentre eles inclui-se o TAUS - Termo de Autorização de Uso Sustentável. Informação disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/destinacao-de-imoveis/instrumentos-de-destinacao#16--termo--de-autoriza--o- de-uso-sustent-vel---taus>>. Acesso em 03 de outubro de 2021.

<sup>8</sup> Informação disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/destinacao-de-imoveis/instrumentos-de-destinacao#16--termo--de-autoriza--o-de-uso-sustent-vel---taus>>. Acesso em 03 de outubro de 2021.

Hoje a situação é mais ao contrário... As unidades de conservação, hoje, dependem das comunidade tradicional, pra defender elas... né? Antes elas queriam esmagar as comunidades, mas hoje, sem as comunidades tradicionais as Unidades não vão sobreviver. Essa é a visão... É o que vai manter nós lá... [caso contrário] As UC vai acabar, vai acabar esses braços que defendem os direitos das população tradicional e vai ficar aquele grupo que visa os grandes empreendimentos, né? Então esse é o problema.

Reservei os meses seguintes, novembro e dezembro, e, já no ano seguinte, de janeiro até o final de fevereiro, para o planejamento da ida mais extensa ao campo, quando passaria três meses morando em Paraty e visitando regularmente as comunidades a serem pesquisadas, podendo vivenciar uma experiência de imersão maior e ver de perto os inúmeros desafios enfrentados pelas comunidades em relação aos temas mencionados acima.

No início de março, embarquei para o Rio de Janeiro e, posteriormente, para Paraty, onde cheguei após uma viagem de 4h de ônibus. Na primeira semana, tive a companhia da equipe do projeto de pesquisa da Fiocruz, ocasião em que visitamos algumas comunidades caiçaras e quilombolas com o objetivo de aplicar o questionário elaborado, que abarcava questões a respeito de saúde, segurança, saneamento básico, conflitos com a gestão dos parques, práticas culturais, definições de desenvolvimento sustentável, entre outros assuntos.

As atividades nessa primeira semana consistiram em visitas e entrevistas em cinco comunidades de Ubatuba (Picinguaba, Camburi e Caçandoca) e Paraty (Pouso da Cajaíba e Calhaus).

O trabalho de campo e a coleta dos dados foram realizados durante o mês de março de 2020, pouco antes da explosão da atual pandemia do COVID-19. Por causa dela, os trabalhos foram drasticamente afetados, já que, logo após a primeira semana de entrevistas, muitas comunidades começaram a negar qualquer tipo de visita, fechando-se completamente e fazendo com que tanto a pesquisa como quaisquer outras atividades fossem interrompidas. Diante da situação, todos ficamos então muito confusos sobre como proceder nesse momento tão caótico e atípico.

Eu permaneci em Paraty pelos três meses seguintes, porém reclusa em casa, sem poder retornar à Brasília. Esse longo período, extremamente angustiante – pois estava sozinha, longe da minha família e amigos, temerosa de adoecer longe deles sem nenhum suporte e diante do quadro de agravamento da pandemia do covid e das notícias cada vez mais assustadoras sobre a expansão do número de casos e mortes –, foi, surpreendentemente, proveitoso, pois pude transcrever todas as entrevistas que havíamos realizado no curto período em que tínhamos estado em contato com as comunidades, bem como pude refletir sobre os rumos do meu trabalho de conclusão de curso.

O contato detido com as falas dos entrevistados durante as transcrições, associado às memórias ainda bastante presentes das conversas realizadas em campo, foram abrindo possibilidades de discussão e trazendo inquietações que, entendi, mereciam ser aprofundadas. Tocou-me, particularmente, os relatos sobre o processo de expulsão quase velado que os moradores daquelas comunidades relatavam; e como tal processo não se resumia estritamente à perda de seu território, mas como isso também se refletia nas preocupações que eles manifestavam acerca da mudança de seu modo de vida, da herança de seus antepassados e das angústias relacionadas ao seu futuro e de seus descendentes. Assim, temas como perda do território, formas de resistência e organização coletiva, e, naturalmente, identidade, foram se afirmando como categorias que despertavam meu interesse analítico.

Em face dessa realidade, meu trabalho de conclusão de curso foi tomando forma e está, em larga medida, fundamentado essencialmente nas entrevistas e conversas que pudemos realizar, tanto na primeira quanto na segunda viagem, dado que não houve chance de um contato mais prolongado e contínuo, em função da pandemia. Assim, a busca de outras fontes sobre o contexto socioambiental na região e de referenciais teóricos que me ajudassem a compreender melhor tais questões – e que trouxessem outros elementos ligados à realidade das unidades de conservação em sua relação com as comunidades que nelas vivem e trabalham – se fez ainda mais necessária.

Finalmente, o suporte do meu orientador na discussão acerca dos temas passíveis de serem trabalhados, as referências teóricas cabíveis para cada um deles e a definição de caminhos que poderiam ser seguidos, foram determinantes para o desenho deste estudo.

Nos próximos capítulos me dedico a expor o contexto geográfico e político da pesquisa, o histórico do surgimento das unidades de conservação no Brasil e, especificamente, daquelas às quais tive acesso e contato, além de também narrar e sistematizar as entrevistas feitas no mês de março e as questões apresentadas pelos moradores que pude conhecer. Por fim, busco discutir algumas das diversas formas de exclusão e expulsão veladas vivenciadas pelas comunidades que habitam nas unidades de conservação visitadas. Ao discutir como se dão tais processos, busco relacioná-los a teorias e conceitos apresentados por Little, Foucault e Ingold, dentre outros autores.

## 2. Aspectos Metodológicos

Metodologia é a exposição lógica e sistemática dos princípios que orientam a pesquisa; sinteticamente: a totalidade dos procedimentos de investigação de um problema e das técnicas que parecem pertinentes para a investigação do problema/questão (CARVALHO, 2007). Nesta investigação tais instrumentos foram utilizados no decorrer da etnografia da dinâmica do grupo social estudado, e auxiliaram na compreensão do sentido das experiências como um todo.

Para Minayo (1989), todavia, apesar da imprescindibilidade da capacidade da técnica e da teoria na investigação social, a capacidade criadora e a experiência do pesquisador desempenham também um papel fundamental. Segundo a autora, a qualidade pessoal do trabalho científico, verdadeiro artesanato intelectual que traz a marca do autor, nenhuma técnica ou teoria pode realmente suprir. Ao referir-se ao conceito de Wright Mills de “imaginação sociológica”, Minayo (1989) nos mostra que esta consiste na capacidade pessoal do pesquisador de fazer, das preocupações sociais, questões públicas e indagações perscrutadoras da realidade. Tal conceito expressa a capacidade do pesquisador de perceber, por meio de questões específicas levantadas, as correlações multilaterais e sempre mutáveis que cercam a realidade objetiva.

Nesse sentido, para uma pesquisadora em formação – como entendo ser o meu caso –, tão relevante quanto buscar referenciais teóricos para lidar com as categorias que pretendo analisar em meu estudo foi igualmente importante buscar orientações metodológicas quanto à maneira mais adequada de produzir dados, organizar as ideias e relacionar estas com aqueles, sejam estes as falas, ou outros elementos observados ou percebidos. Assim, pude entender melhor a maneira de lidar com as (minhas) inquietações que surgiram, frente às falas dos entrevistados e os novos temas que surgiam em suas narrativas, em contraste com as expectativas iniciais de discussão que trazia comigo.

No que concerne aos instrumentos e técnicas utilizadas, a coleta de material se deu por meio de entrevistas com roteiros semiestruturados, levantamento bibliográfico e observação direta. A seleção dos informantes foi feita a partir de um processo interativo, que contou com a participação de membros tanto das comunidades caiçaras quanto das comunidades quilombolas.

A abordagem qualitativa etnográfica consistiu na investigação dos registros produzidos no contexto relativo ao tema, em levantamentos bibliográficos, nas entrevistas com os atores-chaves e na observação direta ao nível local junto às populações das comunidades. O reconhecimento das categorias de análise desenvolvidas nesse trabalho contou com o suporte imprescindível do meu orientador acadêmico.

É importante ressaltar que as entrevistas utilizadas neste trabalho foram produzidas no contexto do projeto *Práticas sustentáveis nas comunidades caiçaras e quilombolas da Bocaina: convergências e conflitos com a Agenda 2030*. As questões inicialmente elaboradas, bem como aquelas surgidas no decorrer das entrevistas, foram desenvolvidas pelas pesquisadoras que coordenam o projeto. Do mesmo modo, assim se deu a condução dessas entrevistas. Coube-me a transcrição de todo material, o registro fotográfico e demais tarefas em auxílio ao trabalho feito em campo. A utilização dos depoimentos colhidos nas entrevistas para a fundamentação de minha monografia se faz sob a permissão da Coordenação do projeto e para os fins específicos deste trabalho acadêmico.

Em síntese, esta etnografia se amparou na observação direta e participante, ainda que durante um período de tempo limitado. Nessa perspectiva, estive atenta àquilo que ressalta Geertz (1989, p. 89), que vê a etnografia enquanto uma experiência interpretativa na qual o pesquisador não irá perceber aquilo que seus informantes percebem, mas com que, ou por meio de que esses outros percebem.

## 2.1 O trabalho de campo

A segunda ida a campo, no contexto da qual se realizaram as entrevistas que serão aqui mobilizadas, ocorreu entre os dias 10 e 14 de março de 2020. Apesar de ter sido planejada para durar mais tempo, toda a programação prevista precisou ser alterada em termos do tempo em campo e da quantidade de pessoas e comunidades a serem visitadas, devido à explosão do número de casos e mortes causados pela pandemia do COVID-19. Esse momento do trabalho se baseou em investigar e coletar dados de cinco comunidades, em Ubatuba (Picinguaba, Camburi e Caçandoca) e Paraty (Pouso da Cajaíba e Calhaus).

Em Ubatuba, dedicamos um dia para visitarmos cada comunidade. Inicialmente fomos à Picinguaba, uma comunidade caiçara, onde foram realizadas seis entrevistas, com quatro mulheres e dois homens.

Posteriormente, fomos à Camburi, comunidade onde alguns se identificam tanto como caiçaras quanto quilombolas. Lá foram entrevistadas cinco pessoas, três homens e duas mulheres.

Finalizando as entrevistas no estado de São Paulo, fomos ao Quilombo da Caçandoca, onde entrevistamos seis pessoas, quatro mulheres e dois homens.

Em Paraty, após uma viagem de barco de cerca de duas horas até a região costeira, a equipe da pesquisa visitou primeiramente a comunidade de Pouso da Cajaíba, onde foram entrevistadas três pessoas (três mulheres). Também houve diversas conversas informais com

outros moradores ao longo do dia, que não foram gravadas. Após pernoitarmos na casa de uma moradora local – que possuía um restaurante e alguns quartos, que alugava para visitantes –, nos encaminhamos no dia seguinte para a comunidade de Calhaus, a alguns minutos de barco dali, onde quatro pessoas (três homens e uma mulher) foram entrevistadas.

As entrevistas, todas elas gravadas e posteriormente transcritas, foram feitas com o total de 25 pessoas, sendo 18 caiçaras e 7 quilombolas, conforme descrito no quadro resumo abaixo:

**QUADRO 1**  
**ENTREVISTADOS<sup>9</sup> – IDENTIDADE – LOCAL DE MORADIA**

| <b>Entrevistados</b>                  | <b>Identidade</b> | <b>Localidade</b>     |
|---------------------------------------|-------------------|-----------------------|
| Antônio e Sandro                      | Caiçaras          | Calhaus (RJ)          |
| Lúcia                                 | Caiçara           | Calhaus (RJ)          |
| Seu Jonas                             | Caiçara           | Calhaus (RJ)          |
| Raimunda                              | Caiçara           | Pouso da Cajaíba (RJ) |
| Carla e Fernanda                      | Caiçara           | Pouso da Cajaíba (RJ) |
| Cristiano                             | Caiçara           | Pouso da Cajaíba (RJ) |
| Gabriel e André                       | Caiçaras          | Cambury (SP)          |
| Soraya                                | Quilombola        | Cambury (SP)          |
| Marina                                | Caiçara           | Cambury (SP)          |
| Jorge                                 | Caiçara           | Cambury (SP)          |
| Catarina e Carol                      | Quilombolas       | Caçandoca (SP)        |
| João                                  | Quilombola        | Caçandoca (SP)        |
| Sérgio                                | Quilombola        | Caçandoca (SP)        |
| Júlia                                 | Quilombola        | Caçandoca (SP)        |
| Solange                               | Quilombola        | Caçandoca (SP)        |
| Maria e Victória                      | Caiçaras          | Picinguaba (SP)       |
| Seu Felipe                            | Caiçara           | Picinguaba (SP)       |
| Daniel e Thaís                        | Caiçaras          | Picinguaba (SP)       |
| Poliana                               | Caiçara           | Picinguaba (SP)       |
| <b>Total de pessoas entrevistadas</b> |                   | <b>25</b>             |

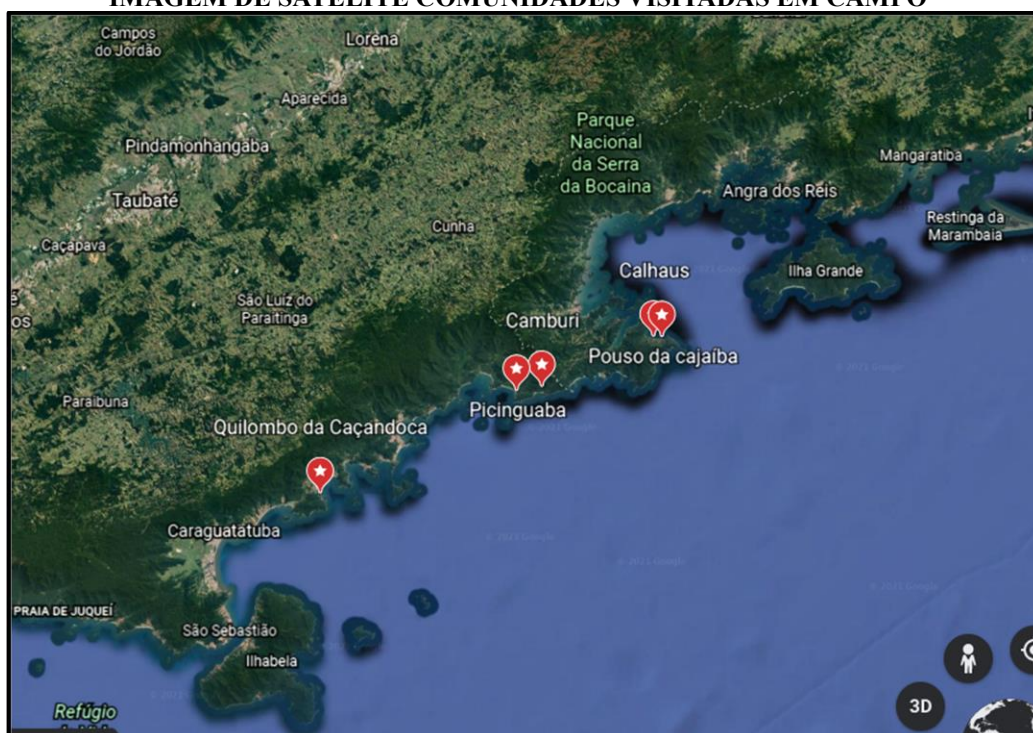
<sup>9</sup> Todos os nomes inclusos neste quadro e utilizados ao longo do trabalho foram alterados para garantir o direito ao anonimato dos entrevistados.



## 2.2 As Comunidades pesquisadas

O estudo foi desenvolvido junto a comunidades caiçaras e quilombolas residentes e localizadas nos municípios de Ubatuba (Picinguaba, Camburi e Caçandoca), no estado de São Paulo, e no município de Paraty (Pouso da Cajaíba e Calhaus), no estado do Rio de Janeiro. Apresento, na descrição à seguir, características populacionais, históricas e geográficas muito gerais das localidades em que se desenvolveu a pesquisa:

**FIGURA 1**  
**IMAGEM DE SATÉLITE COMUNIDADES VISITADAS EM CAMPO**



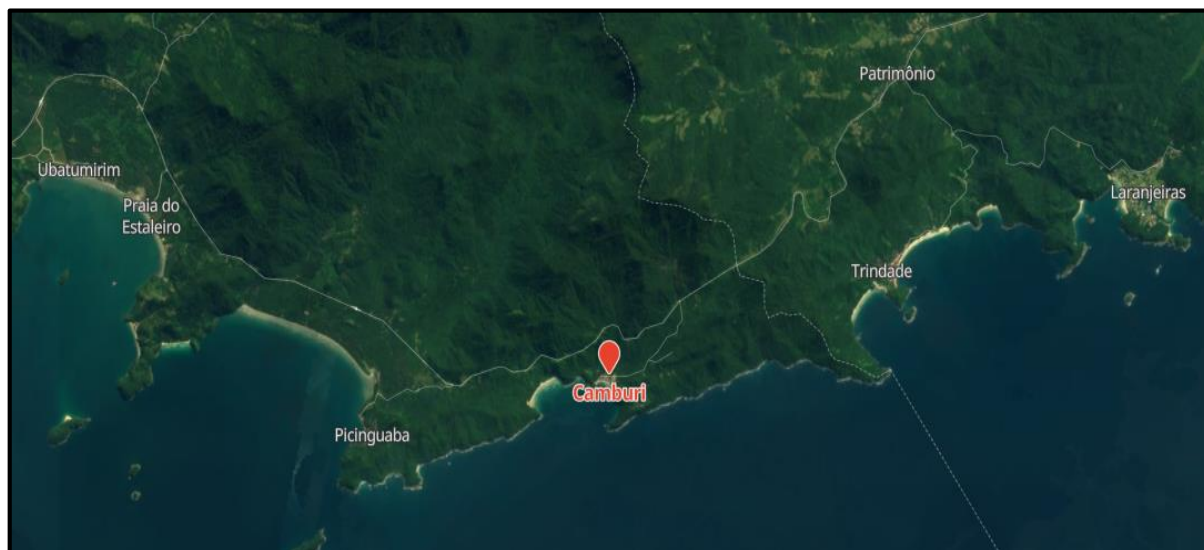
FONTE: GOOGLE EARTH, 2021.

- **Cambury (SP)**

Em 2004 a soma de habitantes da localidade era de 308 pessoas, dentre os quais 84% eram considerados residentes tradicionais do local (SÃO PAULO, 2006). O bairro do Cambury está localizado no extremo norte do município de Ubatuba e faz fronteira com o município de Paraty, no estado do Rio de Janeiro.

Por estar estabelecido em sua maior extensão no interior das demarcações do Parque Estadual Serra do Mar e em parte no Parque Nacional da Serra da Bocaina, a comunidade que lá reside precisa conviver com as consequências e efeitos decorrentes dessa condição *sui generis*: viver no interior de duas unidades de proteção integral (Ver ANEXO 1).

**FIGURA 2**  
**IMAGEM DE SATÉLITE DA COMUNIDADE DE CAMBURY (SP)**



**FONTE:** GOOGLE EARTH, 2021.

As principais atividades econômicas dos residentes em Cambury são a pesca artesanal (que hoje em dia encontra-se em bem menor quantidade), a roça de subsistência, o extrativismo vegetal e animal e a prestação de serviços aos turistas, trabalhando como empregadas domésticas, caseiros, em áreas de camping e bares ou ainda executando trabalhos de construção civil (GALLO, 2014).

No bairro residem tanto famílias caiçaras quanto quilombolas, que desenvolvem atividades ligadas a sistemas agroflorestais para subsistência, ao artesanato e à operação de pequenas pousadas para ecoturismo sustentável, gerenciadas por moradores locais<sup>10</sup>. De acordo com Gallo (2014), a área do Quilombo do Cambury é composta por pescadores e agricultores, que constituem uma comunidade relativamente organizada ao se tratar de Associação de Bairro e contato com esferas governamentais.

- **Caçandoca (SP)**

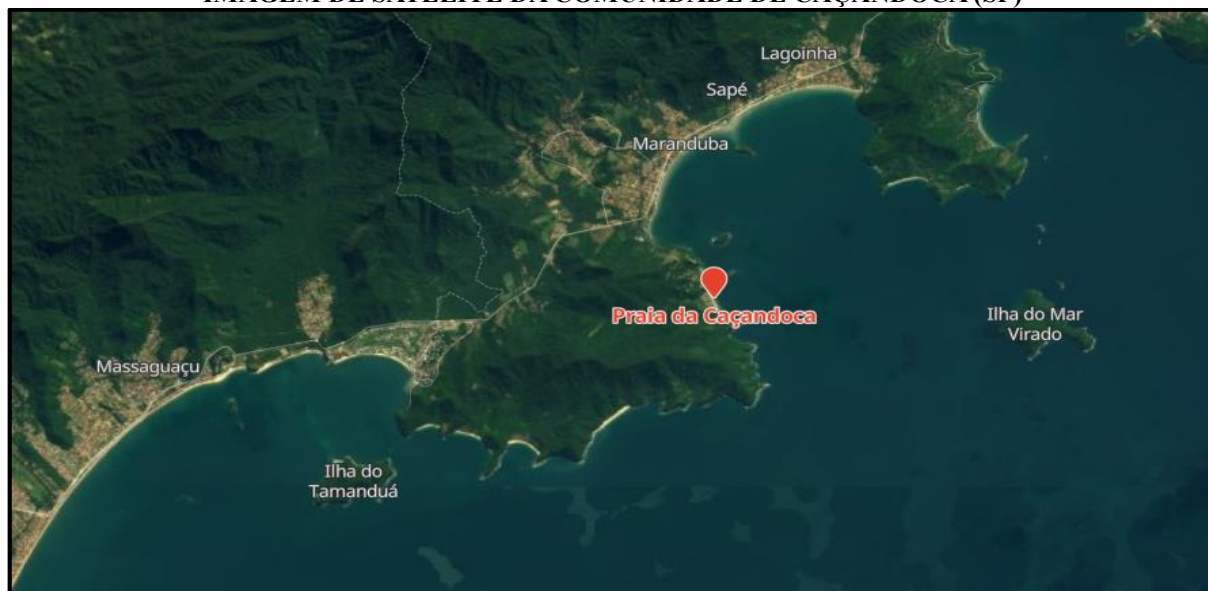
A comunidade quilombola da Caçandoca está situada na região litorânea do município de Ubatuba e é constituída por aproximadamente 50 famílias. Para além destas, muitos daqueles que moravam no local, mas que foram levados a sair de suas terras por variadas razões, estão aguardando a regularização do território para poder voltar a residir no local.

Em 2006, Caçandoca tornou-se a primeira comunidade quilombola no Brasil a conquistar um decreto de desapropriação por interesse social do Governo Federal. Uma década

<sup>10</sup> Informação disponível em: < [http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/rtc/RTC\\_Cambury.pdf](http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/rtc/RTC_Cambury.pdf) >.

depois, a comunidade tinha posse de 410 dos 890 hectares reivindicados, ou seja, metade da área ocupada inicialmente pelos quilombolas, onde antes estava a antiga “Fazenda Caçandoca”.

**FIGURA 3**  
**IMAGEM DE SATÉLITE DA COMUNIDADE DE CAÇANDOCA (SP)**



FONTE: GOOGLE EARTH, 2021.

Os limites da comunidade incluem áreas de oito praias (Caçandoca, Caçandoquinha, Bairro Alto, Saco da Raposa, São Lourenço, Saco do Morcego, Saco da Banana e Praia do Simão), tornando o interesse turístico pela região intenso (CRESTON, 2020).

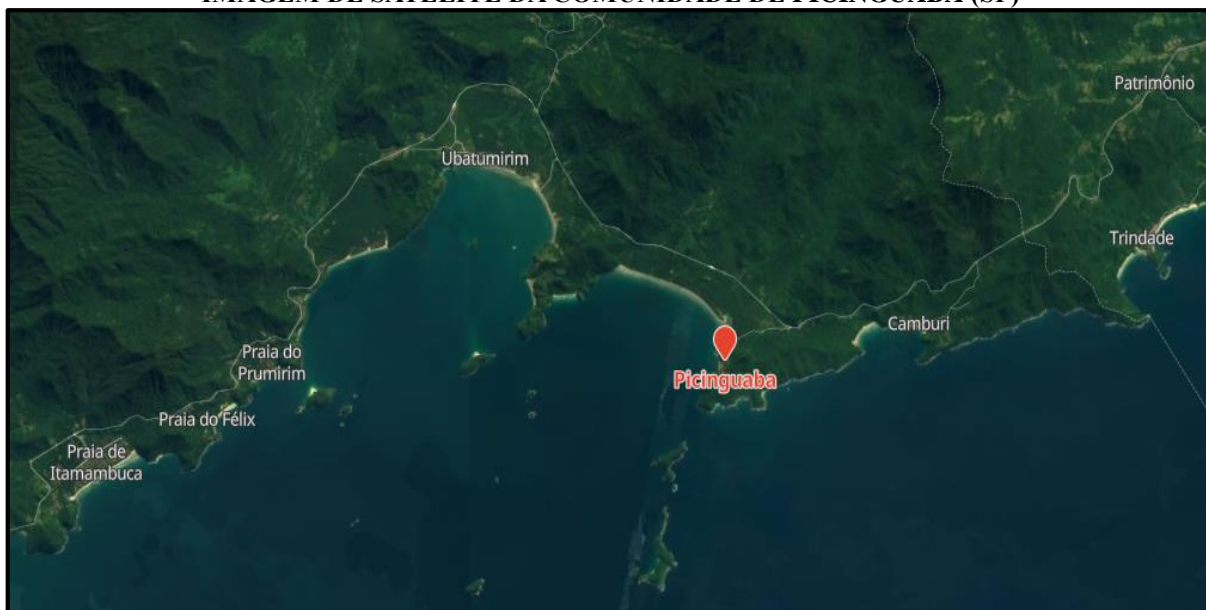
Desde sua formação, a maior parte dos habitantes é composta tanto por caiçaras quanto por quilombolas. Atualmente, a maior parte das famílias quilombolas de Caçandoca se sustenta economicamente através do turismo, oferecendo serviços de guia, trabalhando em quiosques na praia e na venda de artesanatos, além de trabalhar nos condomínios da região como caseiros, empregadas domésticas, vigias e atividades afins. Alguns ainda praticam a pesca artesanal e mantêm roças de banana e mandioca. Além disso, muitos moradores têm se dedicado bastante a explorar o turismo de base comunitária na região<sup>11</sup>.

- **Picinguaba (SP)**

A vila de Picinguaba está localizada ao norte do município de Ubatuba, fazendo parte do Núcleo Picinguaba, que pertence ao Parque Estadual da Serra do Mar (PESM). Desde a década de 1950 a Vila passou a enfrentar a apropriação do turismo e o intenso embate com a pesca industrial (Ver ANEXO 2).

<sup>11</sup> Informação disponível em: <<https://antigo.incra.gov.br/media/docs/quilombolas/memoria/acandoca.pdf>>.

**FIGURA 4**  
**IMAGEM DE SATÉLITE DA COMUNIDADE DE PICINGUABA (SP)**



**FONTE:** GOOGLE EARTH, 2021.

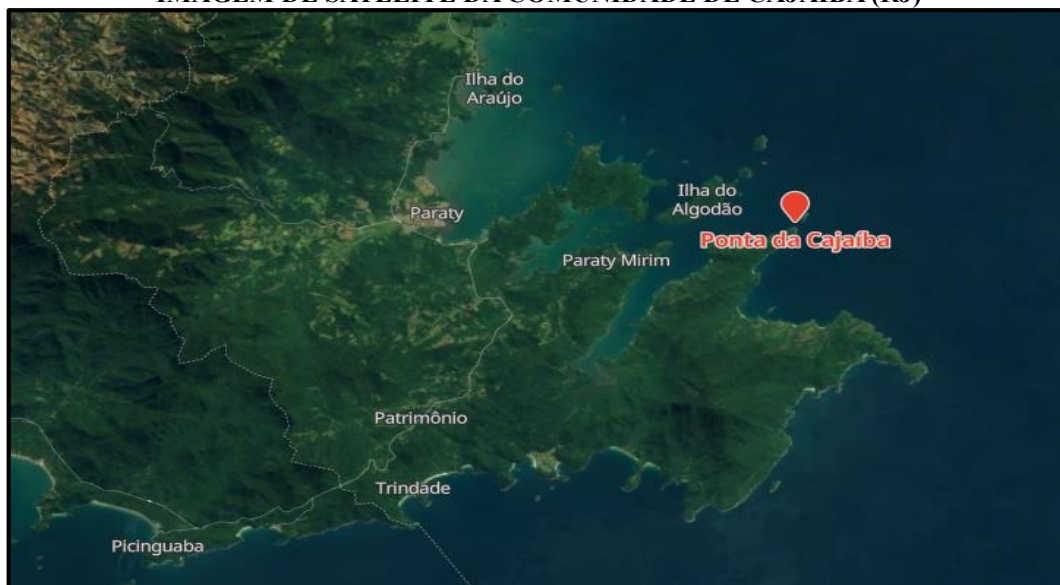
Os caiçaras que permanecem no local concentram-se na atividade turística, sobretudo nas altas temporadas. Alguns ainda trabalham com a pesca, posto que a maioria dos pescadores realiza a pesca industrial embarcada. Muitos dos moradores também possuem casa de aluguel para a temporada, ou estabelecimentos comerciais como bares, restaurantes e pousadas (NETO, 2019).

- **Pouso da Cajaíba (RJ) e Calhaus (RJ)**

No município de Paraty existe uma península, bem na fronteira com o Estado de São Paulo, constituída por um relevo montanhoso, que, em alinhamento com a Ilha Grande, fecha a Baía da Ilha Grande. Esta península se destaca por ser quase totalmente recoberta por Mata Atlântica. Não existem estradas ligando a ponta desta península com o resto do município. Habitando esta área encontram-se diversas comunidades caiçaras espalhadas por diferentes praias e mesmo por portos de pedra (Ver ANEXOS 3 e 4)



**FIGURA 5**  
**IMAGEM DE SATÉLITE DA COMUNIDADE DE CAJAÍBA (RJ)**

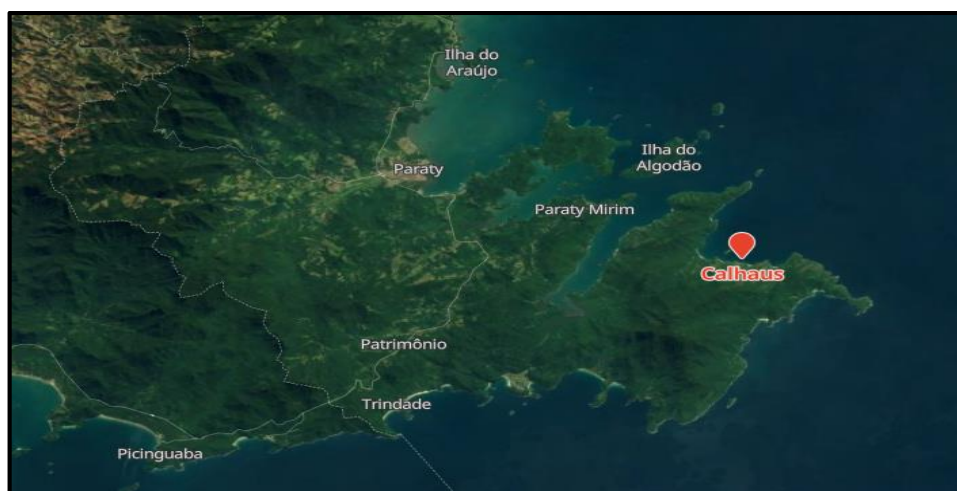


FONTE: GOOGLE EARTH, 2021.

Em 1983 foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA) do Cairuçu, abrangendo grande parte do município de Paraty. Dentro desta APA, em 1992, foi criada a Reserva Ecológica da Juatinga, abrangendo justamente a ponta desta península, que é a área mais preservada e isolada da região.

É dentro desta reserva que se encontra a Enseada da Cajaíba e dentro desta enseada há diversas praias, numas das quais encontram-se as localidades de Pouso da Cajaíba e Calhaus (ROSA, 2005).

**FIGURA 6**  
**IMAGEM DE SATÉLITE DA COMUNIDADE DE CALHAUS (RJ)**



FONTE: GOOGLE EARTH, 2021.

### 3. Unidades de Conservação

O histórico de formação de extensões ditas naturais protegidas envolve diversas perspectivas que divergem entre sí. Estas surgem a partir do debate filosófico a respeito da relação humano-natureza. O primeiro ponto de vista é o preservacionista, que considera a noção de “natureza intocada” e a inexistência de qualquer grupo de indivíduos em seu interior – visão que fundou o modelo de parques estadunidense. Baseando-se nas concepções românticas do século XIX, a visão preservacionista motivou a fundação de áreas naturais protegidas, tal qual “ilhas” de imensa relevância estética para a apreciação humana, como um tipo de refúgio que contrastava tal dimensão estética com as adversidades geradas pela sociedade industrial e urbana.

Argumentando similarmente pelo resguardo da natureza, porém seguindo outra compreensão, o conservacionismo modificou esse olhar, ao julgar que os recursos naturais podem ser utilizados, no entanto de maneira moderada e razoável em favor da população, até mesmo das próximas gerações. Este conjunto de idéias integra a noção contemporânea de desenvolvimento sustentável (DIEGUES, 2008).

Diegues expõe o peso dos princípios preservacionistas para a corrente conservacionista, tais princípios concebiam da mesma forma que os parques nacionais poderiam ser o único jeito de resguardar partes da natureza das decorrências prejudiciais causadas pelo desenvolvimento industrial e urbano. Essa noção, que concebia qualquer ação humana sobre a natureza como profundamente negativa, alastrou-se globalmente e intensificou a separação entre as comunidades e os parques, gerando impactos drásticos para as populações locais (DIEGUES, 2008).

Em oposição às linhas de pensamento que afastavam as populações humanas e o meio ambiente, no final de 1980 outra linha, a “socioambiental”, passa a associar a sustentabilidade às formas de viver das populações locais que historicamente residiam em áreas que vieram a ser protegidas.

A ótica conservacionista estrita, muito próxima ao preservacionismo, prevaleceu no contexto de fundação das áreas protegidas no Brasil até o surgimento do socioambientalismo. A partir daí, se impulsionou, tanto na academia quanto em movimentos sociais, ONGs e entidades internacionais, a argumentação baseada na discussão a respeito do papel das comunidades dentro de áreas protegidas e do quão elas são essenciais para salvaguardar os recursos naturais e até para a construção da biodiversidade. Com base nisso, se fortalece o reconhecimento e a defesa das populações que habitam e constroem seus modos de vida nestas

areas. Tais populações ditas tradicionais constantemente mobilizam-se localmente, nacionalmente e internacionalmente, e almejam a compreensão pública de que seu convívio não é predatório ou nocivo à natureza. Com esse cenário, a discordância com a perspectiva conservacionista estrita se intensifica.

Desde o século XIX, o estabelecimento de UCs consolidou-se, no mundo todo, como a estratégia central de proteção da natureza. Segundo Barretto Filho (2001), ao longo dos anos tem mudado a ênfase na conceituação destas, que foi de proteção de ecossistemas de grande valor estético e/ou cultural (os monumentos públicos naturais) para a proteção de ecossistemas de espécies ameaçadas – em particular, as migratórias –, ou de espécies com estoques comerciais em declínio.

Durante os anos 1970 a 1990, a finalidade movimentou-se entre a proteção de ecossistemas representativos da biodiversidade, a preocupação com a conservação da biodiversidade com vistas ao uso potencial para a biotecnologia e para a manutenção das funções ecológicas essenciais ao equilíbrio climático do planeta; e, finalmente, para uma preocupação voltada à conservação da biodiversidade no contexto dos diferentes sistemas econômicos de produção sustentável.

Tais propósitos diversos foram sendo incorporados às UCs, que se fracionaram em variadas tipificações para se ajustarem a diferentes finalidades. Estes diversos tipos de UCs resultam de inúmeros elementos, dentre eles o acordo entre administradores e cientistas em relação às modificações no cenário global da conservação ambiental, o aumento da atenção social para o tema, as influências e coerções internacionais, e a convergência entre instituições de gestão e políticas.

De acordo com MANETTA *et al* (2016), dada a premência da estipulação de uma legislação para a administração, de forma a assegurar a aplicabilidade desta pluralidade de categorias, elaborou-se a Lei nº 9.985, em 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Conforme esta Lei, as UCs se desdobram em dois conjuntos que possuem características específicas e diferenciadas, quais sejam: Unidades de Proteção Integral, com cinco categorias de manejo, sendo elas:

- I. Estação Ecológica;
- II. Reserva Biológica;
- III. Parque Nacional;
- IV. Monumento Natural;
- V. Refúgio da Vida Silvestre.

E as Unidades de Uso Sustentável, com sete categorias de manejo:

I. Área de Proteção Ambiental; II. Área de Relevante Interesse Ecológico;

III. Floresta Nacional;

IV. Reserva Extrativista;

V. Reserva de Fauna;

VI. Reserva de Desenvolvimento Sustentável; VII. Reserva Particular do Patrimônio Natural.

O primeiro conjunto destina-se primordialmente à preservação e conservação da biodiversidade, limitando a utilização dos recursos ao modo indireto (que não abrange o consumo, a coleta, o dano ou a destruição dos recursos naturais existentes). O segundo conjunto objetiva a consonância entre a conservação e o uso sustentável de parte dos recursos naturais existentes. No Brasil, foram vários os instrumentos político-administrativos e legais que consolidaram a estrutura atual das áreas protegidas, cujo estabelecimento vem se constituindo como um meio para a proteção ambiental.

Nas próximas seções, apresento um breve histórico acerca das áreas protegidas no Brasil, bem como um panorama do sistema existente atualmente, e resalto como se desenvolveram as relações entre aquelas e as comunidades locais nelas residentes.

### 3.1. Breve histórico sobre unidades de conservação nacionais

As ações tomadas no decorrer do período colonial e imperial eram direcionadas à proteção de um determinado recurso natural, porém sem delimitar uma região específica. Essa forma de atuar passa a se alterar a partir do momento em que as consequências da exploração de grandes áreas se fizeram latentes e inegáveis. No Rio de Janeiro de 1844, D. Pedro II determinou que fosse feito o reflorestamento no maciço da Tijuca, região em que hoje se encontra a Floresta da Tijuca, pois este encontrava-se deteriorado por causa das muitas plantações de café. Essa providência foi provocada pela crise hídrica, que era uma realidade na sede do Império então (BARRETTO FILHO, 2004).

Observamos aparente consenso entre a maior parte da bibliografia acerca do assunto, de que o Parque Nacional de Yellowstone, inaugurado em 1872 nos Estados Unidos, foi o marco inicial e primeira experiência do que veio a ser o modelo de parques nacionais.

Em 1876, conforme sugestão do engenheiro André Rebouças, inspirado na criação de Yellowstone, acontece a primeira movimentação referente à criação de um Parque Nacional em território brasileiro. A intenção era fundar dois Parques Nacionais: um em Sete Quedas e outro



na Ilha do Bananal. O plano, todavia, acaba não se consumando, porém inaugura um vasto debate nos anos subsequentes e também contribui diretamente na criação do primeiro parque nacional brasileiro, em 1937, no Rio de Janeiro (MEDEIROS, 2006).

Na Constituição de 1934, a proteção do meio ambiente começa a ser entendida como efetivamente uma incumbência dos Estados e da União. Em razão disso, outros mecanismos legais foram elaborados, dentre eles, o Código Florestal (Decreto 23.793/1934), tornando-se o primeiro dispositivo a estipular tipologias de áreas específicas a serem protegidas, algumas delas direcionadas para a preservação e outras para a conservação por meio do uso controlado dos recursos naturais. O Código declarava que as florestas e outros tipos de vegetação em solo brasileiro são de interesse comum a todos os habitantes do país (MEDEIROS, 2006). Nele foi determinada a noção de Floresta Protetora, que hoje se assemelha à noção de Área de Preservação Permanente (APP), porém sem definir distâncias mínimas para esses espaços.

A instauração dos subsídios jurídicos para o desenvolvimento das primeiras áreas protegidas resultou na criação do Parque Nacional de Itatiaia em 1937 com o propósito de incentivar a pesquisa científica e oferecer lazer às populações dos grandes centros urbanos. Como expõe Medeiros (2006), o Parque de Itatiaia simbolizou a concretização de um longo período de discussões e movimentações que vinham desde a colônia e império, porém apenas se materializaram em atuações efetivas no governo federal daquele ano.

Posteriormente, foram criados os Parques Nacionais do Iguaçu e da Serra dos Órgãos, ambos em 1939 – todos na região sudeste, em franco processo de urbanização e industrialização. A criação destes foi estabelecida pelo artigo 9 do Código Florestal de 1934, que, de acordo com Diegues (2008), definia como parques nacionais as áreas criadas com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos.

O estabelecimento inicial dos parques nacionais no Brasil reproduziu, como já citado, o modelo norte-americano, fundamentado no entendimento de “natureza intocada” e vida selvagem (*wilderness*), que entendia uma completa incompatibilidade entre intervenções humanas e a conservação do meio ambiente, resultando na definição de proteção total de determinadas áreas naturais. Em sua obra, Diegues (2008) critica esse modelo expondo que seus princípios favoreciam e exaltavam as compreensões estéticas, culturais e religiosas das populações urbanas, desconsiderando completamente as populações locais que sempre existiram e habitaram estas áreas como indígenas, pescadores, ribeirinhos e quilombolas.

Segundo Medeiros & Garay (2006), durante o regime militar foi instituído um novo Código Florestal por meio da Lei nº 4.771/1965, que retira as tipologias de áreas protegidas mencionadas no Código de 1934 e as converte em outras. Tanto as Reservas Legais quanto as APPs – que, embora sendo áreas protegidas, não configuram unidades de conservação – já haviam sido criadas no Brasil no Código de 1934 e foram atualizadas por meio dessa ferramenta jurídica

Em 1967 é instituído o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, órgão ligado ao Ministério da Agricultura que tinha como um de seus muitos objetivos a implementação, fiscalização e gerência das unidades de conservação.

Durante a década de 1970, devido a uma grande movimentação internacional, surge a necessidade da organização de uma agenda ambiental mundial. Dessa forma, debates internacionais aconteceram, como, por exemplo, a Conferência de Estocolmo, em 1972. Seguindo essa dinâmica, foi estabelecida, em 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), ligada ao Ministério do Interior, se tornando o primeiro órgão federal canalizado para a gestão ambiental (MEDEIROS, 2006).

Paralelamente, um avanço significativo ocorre para a delimitação das terras indígenas com o estabelecimento do Estatuto do Índio (BRASIL, 1973), que fixa três categorias de áreas protegidas: terra indígena, colônia agrícola indígena e reserva indígena. Essas categorias eram atribuídas à ocupação permanente por parte dos povos indígenas, que poderiam se utilizar dos recursos naturais existentes, acatando as eventuais restrições legais.

Posteriormente, a SEMA estabeleceu quatro outros tipos de áreas protegidas: as Áreas de Proteção Ambiental (APA), as Estações Ecológicas (ESEC), as Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) e as Reservas Ecológicas (RESEC). Somente em 1996, ao se unir ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, a SEMA estabelece, também, as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), que possibilitam a declaração de uma área protegida em domínio privado.

De acordo com Barretto Filho (2001), é a partir de 1979 que passa a haver um grande estímulo à criação de novas UCs no Brasil. Isso acontece em decorrência de dois programas diferentes, elaborados e executados por órgãos governamentais distintos. Tais programas são: o Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, que teve sua primeira fase deflagrada em 1979 pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) do Ministério da Agricultura; e o Programa das Estações Ecológicas, promovido no início da década de 1970 pela Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) do Ministério do Interior.

É a partir da Constituição de 1988, na forma do Art.225, Inciso III do §1º, que a questão ambiental ganha um novo aparato, em que fixa:

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito [ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida], incumbe ao Poder Público: [...]

III - definir, em todas as unidades da Federação, *espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos*, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (BRASIL, 2020; itálicos meus).

Em 1992, um novo projeto de lei é elaborado para a concepção do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). A sua aprovação acontece em 2000, após oito anos tramitando (BRASIL, 2000). De acordo com Barretto Filho (2001, pg 19), esse longo período de discussão e tramitação, até finalmente a lei ser aprovada, aponta para “o quanto as normas e os conceitos nela definidos resultam de lutas históricas específicas entre diferentes concepções e projetos, representando sempre uma cristalização provisória (e disputável) da correlação de forças entre os agentes que as produziram”.

Quando instituído, o SNUC passa a indicar especificações e diretrizes para o surgimento e gerência das novas unidades de conservação. A intensificação do cenário de tomada por parte do Estado dos territórios historicamente ocupados por populações locais, mediante criação de áreas protegidas sem nenhuma forma de envolvimento das mesmas, que por gerações reproduziram nesses locais seu modo de viver, atingiu seu ápice nas décadas de 1980 e 1990, e gerou a eclosão de atritos e desacordos entre tais grupos sociais e o Estado, na figura do gestor de áreas protegidas, que perduram até os dias de hoje (DIEGUES, 2008).

O SNUC, em sua regulamentação, incorpora tentativas de gerir tais conflitos crescentes, por meio da implementação da obrigatoriedade de consultas públicas. No Art. 5º do Decreto nº 4.340, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC (BRASIL, 2002), está expresso:

A consulta pública para a criação de unidade de conservação tem a finalidade de subsidiar a definição da localização, da dimensão e dos limites mais adequados para a unidade.

§ 1º A consulta consiste em reuniões públicas ou, a critério do órgão ambiental competente, outras formas de oitiva da população local e de outras partes interessadas.

Os meios formais de participação da sociedade civil na gestão de UCs já estabelecidas são os Conselhos Gestores e, como citado acima, antes da criação, a consulta pública, que deve obrigatoriamente preceder a criação de uma unidade de conservação. Os Conselhos podem ser

consultivos ou deliberativos, dependendo do tipo de unidade de conservação. Os tipos de UCs que possuem conselhos consultivos são as de proteção integral e as com conselhos deliberativos se dividem entre as chamadas Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Extrativistas, e ainda existem as categorias de UCs que não possuem qualquer tipo de conselho regulamentado (ANDRADE & LIMA, 2016). Como exposto, no decreto 4.340/2002, os conselhos têm que ser formados, de preferência, por partes iguais tanto de sociedade civil quanto de órgãos do governo, sendo os seus componentes formalizados pelo gestor da UC a partir dos indicados pelos setores representados (BRASIL, 2002).

De acordo com Medeiros (2006), o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) engloba uma parcela das áreas protegidas prevista na legislação do Brasil até aquele momento e, além disso, impulsiona o surgimento de novos tipos baseados em experiências nacionais, como as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e as Reservas Extrativistas (RESEX), que reúnem ações de inclusão econômica e social das populações locais e metas de conservação. O autor afirma que, embora sejam inovadoras, tais operações não se encontram adequadamente estabelecidas na prática política da elaboração de novas áreas, acontecendo na maioria das vezes em iniciativas de governos estaduais, principalmente na região amazônica.

Em 2006, foi instituído o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP (BRASIL, 2006), a partir das bases lançadas pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), organizada em 1992, no Rio de Janeiro. Neste Plano, as áreas protegidas foram identificadas como mecanismo para a conservação da diversidade sociocultural e biológica. Tanto terras indígenas quanto áreas ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas foram incluídas no documento.

Em 2007, a partir do desmembramento do Ibama, foi criado o Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que passou a gerenciar o SNUC. No governo Dilma Roussef, o Código Florestal de 1965 foi substituído por outro (BRASIL, 2012).

As UCs que compõem o contexto desta etnografia são duas de proteção integral, que, em determinado momento, se sobrepõem: o Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) e o Parque Estadual Serra do Mar (PESM). O PNSB foi criado em 4 de fevereiro de 1971, por meio do Decreto Federal nº 68.172, entre os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, com área de 134.000 ha, e o PESH foi instaurado a partir do Decreto nº 10.251, de 30 de agosto de 1977, atualmente com 332 mil hectares que abrangem partes de 24 municípios. Ambas são unidades de conservação de proteção integral.

### 3.2. Unidades de Conservação e Populações Locais

Vianna (2008) nos diz que a expressão “populações locais” concerne às inúmeras tipificações de ocupantes dentro de unidades de conservação. Considerando que estes podem ser agrupados quanto à situação fundiária, cultural, econômica, localização geográfica etc. De acordo com a autora, tais populações que ocupam UCs são diferentes em suas dimensões culturais, jurídicas e históricas, porém se assemelham quanto à seus índices de baixa renda per capita, suas práticas de uso da terra consideradas ilegais ou clandestinas, devido determinações impositivas da legislação ambiental, carência de alternativas econômicas e intensos problemas fundiários. Paul Little (2003) ao referir-se a estas populações residentes em UCs, tais como aquelas que são objeto deste estudo, afirma:

Em um contexto ambientalista, o conceito surgiu a partir da necessidade dos preservacionistas de lidar com todos os grupos sociais residentes ou usuários das Unidades de Conservação de proteção integral, entendidos aqui como “obstáculos” para a implementação plena das metas dessas unidades. Noutro contexto ambientalista, o conceito serviu como forma de aproximação entre socioambientalistas e os distintos grupos que historicamente mostraram ter formas sustentáveis de exploração dos recursos naturais.

Em geral, como visto anteriormente, até a década de 1970 a criação das UCs baseou-se quase que exclusivamente no exemplo norte americano, que separava as população locais das áreas protegidas, negligenciando-as por completo. Esse tipo de padrão permaneceu hegemônico internacionalmente até 1980. A partir desse ano, inicia-se a eclosão de um movimento internacional de crítica aos sistemas de modernização que implicam em uma exclusão tanto identitária quanto cultural. Nesse contexto, intensificam-se as reivindicações dos direitos associados a um reconhecimento das identidades das comunidades e povos tradicionais (DIEGUES, 2008).

De acordo com Barretto Filho (2004), até a década de 1980 as comunidades tradicionais e populações locais brasileiras que habitavam as UCs não possuíam qualquer tipo de visibilidade sociológica e/ou política. Sua inclusão no debate ambientalista foi motivada pela movimentação internacional e nacional a respeito do tema e pela constante mobilização local de populações que introduziram a questão ambiental em suas lutas por direito ao território e ao acesso aos recursos naturais.

No cenário ambiental global, a atenção para a relação entre as populações tradicionais e as UCs tem como marco o III Congresso Mundial de Parques, que aconteceu em 1982 em Bali, na Indonésia. Naquele momento, foram ratificados novamente os direitos dos povos tradicionais, orientando-se que as ações de interferência das áreas protegidas se valessem das práticas tradicionais das comunidades e que as decisões referentes a essas ações fossem tomadas

conjuntamente entre autoridades e comunidades (DIEGUES, 2008).

Diegues argumenta que esse evento influenciou organizações internacionais, publicações acadêmicas e institucionais a reiterar sua discordância em relação à expulsão dessas populações que habitavam UCs. Compreendia-se mais e mais o papel da preservação dos modos de vida desses grupos sociais e a função dos seus sistemas de manejo na contribuição para a conservação do meio ambiente.

A partir de 1985, cresce cada vez mais uma resposta por parte das populações tradicionais à desapropriação de seus territórios, por meio de manifestações locais espontâneas, manifestações locais alinhadas às ONGs e outras (DIEGUES, 2008). No final dos anos 1980, são instituídas as reservas extrativistas. Denomina-se reserva extrativista uma área já ocupada por populações que vivem dos recursos da floresta, regularizada através da concessão de uso transferida pelo Estado para associações legalmente constituídas, explorada economicamente segundo plano de manejo específico e orientada para o benefício social das populações através de projetos de saúde e educação (IEA, Plano de Trabalho, 1989 *apud* DIEGUES, 2008). Esse novo tipo de UC é fruto da luta intensa dos seringueiros da Amazônia, que ganha forte visibilidade após o assassinato de Chico Mendes, em 1988 (DIEGUES, 2008).

Em 1986 acontece a Conferência da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), que aborda mais objetivamente o tema e propõe que o modo de vida tradicional não fosse modificado caso se determinasse que ficaria na área do parque e que tais grupos não poderiam ser realocados em outro lugar sem seu consentimento (UICN, 1986 *apud* DIEGUES, 2008).

Um marco em relação às reivindicações dos direitos associados a um reconhecimento das identidades das comunidades e povos tradicionais foi o estabelecimento da Convenção nº. 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho – OIT, firmada no ano de 1989. Nela, admitem-se inúmeros direitos às populações tradicionais, dentre eles o direito à diversidade sociocultural. Entre os importantes tópicos firmados na Convenção, estavam: o reconhecimento do direito à posse e propriedade das áreas tradicionalmente ocupadas pelos grupos, a implementação de meios de participação em decisões e formulações, a avaliação de políticas e programas que lhes afetem, e a auto identificação como horizonte para reconhecer o pertencimento ao grupo (BRASIL, 2004).

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), ocorrida no Rio de Janeiro, demarca um crescimento do debate a respeito da temática social e ambiental. A Convenção da Diversidade Biológica (CDB), ratificada em 1998, pelo Brasil é

uma das ferramentas fundamentais para o incentivo desse debate. Nela foi estabelecida a necessidade tanto da manutenção da diversidade biológica quanto a conservação dos ecossistemas para que esta diversidade continue acontecendo (BRASIL, 1998). A CDB compreendeu a dependência dos recursos naturais da parte de muitas comunidades tradicionais e populações indígenas, com os seus respectivos saberes tradicionais. O documento determina que:

Em conformidade com sua legislação nacional, [cada país deve] respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas (CDB artigo 8º, letra j p.12, promulgada pelo Decreto n.º 2519/1998, BRASIL, 1998).

A Convenção reiterou a responsabilidade dos países em preservar e respeitar os saberes e práticas tradicionais e indígenas, tendo a noção de que tais estilos de vida são fundamentais para a conservação, por meio de uma utilização sustentável da diversidade biológica.

A controvérsia sobre o tema se mantém, porém o argumento a respeito da importância do saber das populações tradicionais que habitam UCs atualmente se expressa por meio do pensamento socioambiental, que articula meio ambiente e sociedade, entendendo as formas de apropriação e relações ambientais como parcela fundamental da história, constituindo relações sociais, simbólicas, econômicas e políticas vitais (CARNEIRO DA CUNHA & ALMEIDA, 2009).

De acordo com Carneiro da Cunha (2009), em inúmeras sociedades, por exemplo em determinados povos indígenas da Amazônia, a conservação do meio ambiente está ligada diretamente à uma cosmologia específica que vê a ação humana como parte fundamental de um nexo de relações para que o equilíbrio do universo seja mantido. Diegues (2008) argumenta que estes povos chamados de “tribais, nativos, tradicionais ou de culturas minoritárias diferenciadas” encontram-se em regiões afastadas e ocupam “ecossistemas naturais”. Geralmente são estes os ecossistemas alvos de conversão em áreas protegidas, resultando na exclusão de seus habitantes.

Já no ano de 2007, ao fim de um movimento que se iniciou em 2004 pela Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, por meio da mobilização de lideranças, consultas e encontros com populações locais que reivindicavam seu direito ao território e à identidade, é aprovada no Brasil a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT (BRASIL,

2007). Ela estabelece a relação entre identidade e território como fundamento para definir os direitos dos povos e comunidades tradicionais. Seu objetivo principal é:

Promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições (Decreto n. 6.040/2007, Art 2º, BRASIL, 2007).

A PNPCT também possui no escopo dos seus objetivos: solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de UCs de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de UCs de Uso Sustentável; garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica; reconhecer a autoidentificação dos povos e comunidades tradicionais, para que estes possam ter acesso pleno aos seus direitos civis individuais e coletivos, entre outros (BRASIL, 2007).

Apesar de inúmeros avanços e mobilizações ao longo dos últimos anos, as populações locais ainda têm sido consideradas um problema que gera o impedimento à concretude dos objetivos das unidades de conservação de proteção integral. Em determinados casos o poder público deliberou, por exemplo, pela retirada destas populações do interior de algumas UCs. Como no caso do Parque Nacionais de Iguaçu (PR), da Reserva Biológica de Sooretama (ES), Anavilhanas (AM) e do Parque Nacional da Serra da Bocaina (SP/RJ) (VIANNA, 2008), este último, cenário da etnografia que sustenta minha monografia.

De acordo com Vianna (2008) há um contexto de ineficiência do poder público em relação à providenciar soluções, de fato efetivas e bem sucedidas para as unidades de conservação, tendo esta conjuntura sido intensificada pelo fato de que os próprios administradores não possuem um conhecimento sobre as ocupações humanas no interior das Ucs que administram, muitas vezes não podendo quantificar a ocupação, salvo por números aproximados, devido a ausência de levantamentos e referências históricas sobre estas populações. A autora também aponta que constantemente a administração não é capacitada para um “manejo” dos locais, possuindo apenas um conceito impreciso de como poderia ser o futuro desstes e sua relação com as áreas protegidas na qual estão inseridos.

Em sua obra, Vianna (2008) comenta sobre o contante deslocamento das populações locais, devido às incertezas e grande insegurança a que estão sujeitas. Em função da mentalidade que guia a implementação das Ucs, inspirada no modelo definido pelo Parque Nacional de Yellowstone, a ideia de indivíduos vivendo no interior das unidades é difícil de ser aceita, portanto tais populações vivem em estado de tensão, pela possibilidade constante de



serem expulsos.

Ainda de acordo com a autora, outra causa de êxodo destas populações está relacionada ao fato de que a presença de uma UC na região acaba por impossibilitar uma melhoria dos acessos, das condições do sistema de saúde e educacional, de implantação de infra-estrutura e de determinados serviços públicos, por exemplo, a coleta de lixo e/ou saneamento básico. Em muitos casos, como o governo não tem condições de viabilizar a regularização fundiária e tampouco um reassentamento com as dimensões corretas, a atitude que os gestores das UCs costumam optar por tomar são relacionadas à fiscalização intensa. Tal fiscalização vem em forma de proibição das atividades econômicas da população, de sua agricultura de subsistência, de extrair do território recursos para artesanato, canoas etc. Vianna (2018) descreve essa forma de expulsão velada, e suas consequências, como a saída dos residentes das Ucs para as cidades próximas:

Os habitantes do parque que não o deixam, se marginalizam (nas cidades) (...) não se indeniza, não se desapropria, não se realoca, mas não se permite qualquer uso – não se pode pescar, não se pode plantar.

Na obra *“Vila de Picinguaba: o caso de uma comunidade caiçara no interior de uma área protegida”* (VIANNA, BRITO, 1992), um estudo realizado no núcleo Picinguaba, que fica no Parque Estadual da Serra da Bocaina, palco da minha etnografia, concluiu-se que as ações tomadas pelo poder público para conservar a biodiversidade por um lado desaceleraram o crescimento da especulação imobiliária mas, por outro lado, acabaram por ocasionar a expulsão dos habitantes originais, característicos de todo o litoral norte paulista. Vianna (2008) afirma que “a eficiência da Unidade de Conservação em relação, por exemplo, ao estabelecimento de loteamento acabou por proteger os moradores, com os quais, por outro lado, é intolerante.”

No próximo capítulo busco fazer uma contextualização histórica e geográfica das áreas protegidas, apresentando as unidades de conservação as quais tive contato, as características de algumas populações tradicionais que ali residem, bem como o processo de mudança que estas vem enfrentando ao longo do tempo.

## 4. Contexto sócio-histórico e geográfico das UCs estudadas e suas populações residentes

Nesta seção será feita uma breve caracterização das áreas de conservação nas quais vivem e trabalham as populações quilombolas e caiçaras objeto das entrevistas utilizadas nesse estudo. Após a descrição inicial sobre essas duas áreas de conservação, o Parque Nacional da Serra da Bocaina e o Parque Estadual Serra do Mar, discorro sobre as populações que lá residem, seu modo de vida, as relações sociais e econômicas que as caracterizam e, finalmente, abordo sobre determinadas mudanças ocorridas no século XX e suas implicações sobre a região e as populações locais.

### 4.1. Parque Nacional da Serra da Bocaina

O Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSM), uma das maiores áreas protegidas da Mata Atlântica, está localizado em trecho da Serra do Mar, na divisa entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo circundado por importantes núcleos populacionais, como os municípios de Angra dos Reis, Mambucaba, Paraty, Ubatuba, Cunha, Areias, São José do Barreiro e Bananal. Foi criado pelo Decreto Federal nº 68.172, de 04 de fevereiro de 1971 e compreende uma área aproximada de 134 mil hectares e uma expressiva biodiversidade.

Bocaina é um termo indígena tupi, que se origina de *mbo-caia*, queimada feita para preparação de roça, alterada posteriormente para *bocãia*, pelo deslocamento da sílaba nasal, e finalmente em bocaina. Pode ser também “lugar onde há fontes de água”: *bocá*, “irromper”, e *ynhã*, “fonte, ou jorro d’água”<sup>12</sup>.

A criação do parque teve como objetivo a implantação de um escudo de vegetação nativa nas escarpas da Serra do Mar, como proteção de um eventual acidente nuclear nas usinas de Angra 1 e 2, localizadas entre a Rodovia Rio-Santos e a Baía da Ilha Grande, próximo a Vila do Frade, no município de Angra dos Reis, portanto na Zona de Amortecimento do Parque, oferecendo riscos de vazamentos de radiação. Além da usina nuclear, também oferecem riscos pela contaminação marinha o Pólo Industrial de Angra, formado pelo Terminal de Petróleo da Baía da Ilha Grande, da Petrobrás (TBIG), o estaleiro Verolme-Ishibrás e o Porto de Angra dos Reis (SEVALHO, 2018).

O Parque tem sua sede no município de São José Barreto, Macaé (RJ), embora o seu território se estenda pelos seguintes municípios: Paraty (RJ), Angra dos Reis (RJ), São José do

---

<sup>12</sup> Informação disponível em: <https://ihgms.org.br/vc-sabia/o-que-significa-bocaina-202>. Acesso em 04 de outubro de 2021.

Barreiro (SP), Ubatuba (SP), Cunha (SP) e Areias (SP). O parque representa um dos principais remanescentes de floresta atlântica ainda em bom estado de conservação.

No território encontram-se mais de cem comunidades ditas tradicionais: indígenas, quilombolas e caiçaras (GALLO e NASCIMENTO, 2019). De acordo com mapeamento realizado pela Petrobrás (PETROBRÁS, 2018), ao longo da extensão do Parque vivem 63 comunidades, consistindo em 7 quilombos, 7 aldeias/terras indígenas e 49 comunidades caiçaras. O projeto *Práticas sustentáveis nas comunidades caiçaras e quilombolas da Bocaina: convergências e conflitos com a Agenda 2030* ocorre nas comunidades vinculadas ao Fórum das Comunidades Tradicionais (FCT) e que atua em parceria com o Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), da Fiocruz, desde 2009.

A Serra da Bocaina é o maior continuum de Mata Atlântica preservada e palco de diversos conflitos socioambientais. Nessa área, nos municípios de Ubatuba (SP), Paraty e Angra dos Reis (RJ), existem comunidades tradicionais caiçaras, indígenas e quilombolas, ameaçadas em seus direitos, modos de vida, cultura e alteridade.

No Mapa de Vulnerabilidade aos Impactos das Mudanças Climáticas<sup>13</sup>, desenvolvido em 2014 pela Fiocruz - no âmbito da análise de fatores socioambientais e de saúde humana sensíveis às variações climáticas, relacionados a cenários globais do clima no futuro -, essa região apresentou alto índice de Vulnerabilidade Ambiental, com destaque para os eventos climáticos extremos. A região também apresentou a média regional mais alta referente ao índice de vulnerabilidade geral, composto pelos índices relativos ao ambiente e saúde<sup>14</sup>.

A criação de UCs gerou grande impacto na vida das comunidades que nelas viviam, pela impossibilidade de utilização dos recursos naturais para seu sustento. Para além disso, a Bocaina é palco de impactos negativos de grandes empreendimentos: o complexo nuclear de Angra dos Reis, o Terminal da Baía da Ilha Grande (TBIG/Transpetro) e a exploração do Pré-Sal, bem como da especulação imobiliária relacionada ao turismo predatório, implicando em sistemáticas perdas de direitos e desterritorialização das comunidades tradicionais.

## 4.2. Parque Estadual Serra do Mar

---

<sup>13</sup> O “Mapa de vulnerabilidade da população dos municípios do Estado do Rio de Janeiro frente às mudanças climáticas” foi desenvolvido por pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz), em parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp/Fiocruz) e a Fiocruz-Minas. A iniciativa tem como objetivo indicar a exposição dos municípios do Rio de Janeiro às mudanças climáticas previstas para os próximos 30 anos. O estudo é resultado da atualização do “Mapa de Vulnerabilidade da População do Estado do Rio de Janeiro aos impactos das mudanças climáticas nas áreas social, da saúde e ambiental”, encomendado pela Secretaria de Estado e Ambiente do Estado do Rio de Janeiro em 2011. Informação disponível em: < [http://www.fiocruz.br/ioc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1878&sid=32\\_](http://www.fiocruz.br/ioc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1878&sid=32_)>. Acesso em: 04 de outubro de 2021.

<sup>14</sup> Informação disponível em: < [http://www.fiocruz.br/ioc/media/20150722\\_Relatorio\\_Final\\_RJ.pdf](http://www.fiocruz.br/ioc/media/20150722_Relatorio_Final_RJ.pdf)>. Acesso em 04 de outubro de 2021.

O Parque Estadual Serra do Mar (PESM) tem cerca de 332.000 hectares. Vai da divisa de São Paulo com o Rio de Janeiro até Itariri, sul do estado paulista e é constituído por dez núcleos. O cerne da pesquisa se deu no Núcleo Picinguaba, uma área de conservação situada em Ubatuba. Criado em 1979, o núcleo possui área de 47 mil hectares, equivalente a oitenta por cento da área territorial do município de Ubatuba. Sendo a única porção do Parque que chega até o mar, conta com cinco praias ao longo de sua extensão: Brava da Almada, Fazenda, Picinguaba, Brava do Camburi e Camburi.

Segundo Silva (2003) a criação desta grande unidade de conservação, não contou com estudos adequados dos aspectos físicos, biológicos, e muito menos sociais e culturais, para determinação de seus limites e funções. Houve a simples transposição do modelo de parques norte-americanos para nosso país. Em momento algum foi levada em consideração a especificidade do Brasil e das regiões que o Parque abrangeria.

Em anos recentes, foi proposto um zoneamento apresentado pelo Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar elaborado em 2005/2006, no qual foi estipulada a Zona Histórico-Cultural Antropológica. A Zona possui cerca de 1.076 ha e inclui - dentro do Núcleo Picinguaba - as comunidades de caiçaras e quilombolas do Cambury, os caiçaras de Ubatumirim, do Sertão da Fazenda e da Vila de Picinguaba. Tratam-se de localidades onde residem, há várias gerações, famílias caiçaras e/ou quilombolas, as quais sofrem, principalmente, pela especulação imobiliária que busca a aquisição de suas terras para fins turísticos. Há um interesse, por parte das comunidades, no desenvolvimento de atividades sustentáveis relacionadas à agrofloresta, à agricultura de subsistência, ao artesanato e à realização de atividades turísticas de bases sustentáveis.

De acordo com Vianna (2008), as experiências iniciais no âmbito da criação desta UC ocorreram a partir de 1983, tendo como principal meta conciliar a existência das comunidades caiçaras com a conservação da biodiversidade. Naquele momento, viviam 200 famílias no Núcleo, distribuídas ao longo do Sertão da Fazenda, praia da Fazenda, Vila de Picinguaba e bairro do Cambury. (Ver ANEXO 1)

Com a implementação da UC, no Sertão da Fazenda, os caiçaras que ali residiam tiveram sua permanência condicionada ao fato de não poderem mais plantar ou caçar em sistema de rodízio naquela área, caso contrário, seriam despejados e pagariam multas. Em consequência disto, 14 famílias das 34, saíram de suas casas e foram indenizadas (VIANNA, 2008).

#### 4.3 Populações locais da Bocaina

Apesar de serem consideradas “tradicionais”, cada uma das comunidades que vivem nas

diferentes regiões do território da Bocaina possuem identidade, cultura e características próprias. Mesmo assim, a vida na região os aproxima em termos de práticas, demandas e dos problemas que enfrentam. As comunidades têm um elo político e institucional em relação às suas principais reivindicações. A principal instância que as reúne é o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), criado em 2007, espaço por meio do qual procuram reafirmar e preservar sua identidade em relação ao território e advogar por direitos (GALLO & NASCIMENTO, 2019). As comunidades não vivem de forma isolada em seus territórios, desenvolvendo vários tipos de relações com a sociedade e atores sociais e políticos diversos. Estão sujeitas à legislação e às políticas sociais, econômicas e ambientais mais abrangentes e universais e ao mesmo tempo, elas próprias, constituem-se como atores políticos que participam de diferentes esferas de atuação e governança.

**FOTO 1**  
**CAIÇARAS DURANTE ENTREVISTA**  
**COMUNIDADE DE CALHAUS-RJ**



**FONTE:** Isabela Brasil, 2020.

O termo caiçara tem origem no vocábulo Tupi-Guarani *caá-içara*, que era utilizado para denominar as estacas colocadas em torno das tabas ou aldeias, e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe. Com o passar do tempo, passou a ser o nome dado às palhoças construídas nas praias para abrigar as canoas e os apetrechos dos pescadores. Hoje em dia, é como se identificam as comunidades compostas por pescadores e agricultores de subsistência do litoral dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná (ADAMS, 2000).

A formação daqueles agrupamentos se fez em contraponto ao exponencial crescimento da agricultura para exportação, garantindo insumos agrícolas para engenhos e áreas em Minas

Gerais, assegurando o sustento daqueles que residiam ali (ADAMS, 2000). Suas práticas tradicionais se baseiam na pesca, artesanato, extrativismo vegetal, agricultura de subsistência e caça em menor frequência, aliados a uma soma de saberes e expressões culturais específicas. O cultivo de feijão, banana, mandioca, cana de açúcar etc., acontecia em suas roças, em áreas denominadas “sertão”, caracterizadas como aquelas mais afastadas da praia. As casas de farinha também eram uma parte fundamental para o processamento da mandioca obtida na roça. A partir da fauna e flora locais, estas comunidades extraem seus utensílios para a produção de artesanato, como madeiras e bambus, ervas medicinais, lenha para fogueira e canoas, e caça para consumo próprio (DIEGUES, 2000; ADAMS, 2000).

Ao longo de todo o espaço que foi englobado pelo Parque da Serra da Bocaina, inúmeras famílias ergueram moradias perto das praias e no interior da Mata Atlântica, ocupando a costa fluminense e paulista e fomentando o ciclo econômico dessa região. As práticas sociais e culturais caiçaras características na Bocaina variaram durante os anos, em grande parte após a metade do século XX, devido às inúmeras mudanças causadas pelos ciclos econômicos e por cada vez maior contato com outras comunidades.

Muitos dos saberes e técnicas relacionados tanto a como lidar com a floresta quanto com o mar, são fruto da mistura cultural herdada da miscigenação de negros, portugueses e indígenas. Esse saber referente ao contexto ambiental no qual estão inseridos - saber quando pescar ou quando caçar, interagindo com os ciclos da natureza -, constitui um dos pilares fundamentais da identidade e cultura caiçara (ADAMS, 2000; MUSSOLINI, 1980; DIEGUES, 2000). Maria, moradora da Vila de Picinguaba (SP), comentou a respeito da miscigenação que faz parte da formação de sua família:

A gente vem de uma geração de três gerações: índio, português e africano! Era tudo junto... Meu avô me dizia “minha filha, a gente tem três sangue... neto de português, neto de africano e neto de índio!”.

Jorge, morador da comunidade de Cambury (SP), falou sobre essa “mistura” que “compõe” sua história e dos demais moradores da comunidade, que faz com que muitos deles se identifiquem tanto como caiçaras, quanto como quilombolas:

Tudo se mistura, por isso que eu falo que sou um caiçara quilombola. Você pega, por exemplo, tem várias pessoas que, se você for ver por estereótipo, você olha e é um pouquinho moreno, olho puxado... É índio! Quilombola, a pele mais escura, negra. Só que o caiçara é mistura. Eu, com meu cabelo como ele é, meu pai mulatão, meu bisavô foi escravizado... Aí entra a descendência européia, minha mãe é branca, olho claro, pele clara.

Autores como Adams (2000) e Mansano (1998), ao descrever como se dão as relações sócioeconômicas dentro dessas comunidades, mostram como cada família normalmente possui

sua roça, porém o escambo e os empréstimos de insumos são comuns, assim como prestações de serviço e ajuda mútua. Nesse contexto de formação do senso de comunidade, marcado por diversos núcleos, as relações baseiam-se principalmente no parentesco e por atividades comunitárias, como, por exemplo, as pescas coletivas de tainha, ou mutirões de auxílio à alguma família específica, queimadas, construções e até procissões e festividades culturais organizadas por todos e para todos.

#### 4.4 Mudanças no século XX e seus reflexos sobre as populações da Bocaina

Na década de 1920, foi introduzida por imigrantes japoneses, inicialmente em Cabo Frio e posteriormente em Paraty, a pesca de cerco flutuante, que consiste em uma pesca caracterizada por conservar o pescado vivo até a hora da despesca, dispositivo fundamental no manejo sustentável. Essa ferramenta é bastante usada até os dias de hoje, principalmente pelos pescadores locais (MUSSOLINI, 1980). A pesca é a principal atividade de subsistência, sendo empregada não somente a pesca de cerco como também há a incorporação de barcos a motor. Essa combinação permite que tudo o que for pescado possa ser, não só consumido pela comunidade, como também vendido nos comércios locais de cidades como Paraty e Ubatuba.

De acordo com Diegues & Nogara (2005), muitas mudanças ocorreram para os caiçaras da Bocaina ao longo dos anos, principalmente desde a década de 1940, que foi o período em que muitos homens foram em busca de trabalho fora da comunidade. Muitos ficavam temporariamente a bordo de traineiras para a pesca de sardinha, por exemplo. Essa movimentação masculina fez com que tanto a roça familiar quanto a pesca para consumo próprio passassem a ser uma tarefa das mulheres.

Outra mudança extremamente significativa na Bocaina ocorreu nos anos 1970, com a rodovia Rio-Santos sendo construída e, conseqüentemente, a região tornando-se rota de turismo e especulação imobiliária intensa (DIEGUES & NOGARA, 2005; MANSANO, 1998).

A especulação imobiliária no litoral de São Paulo já havia iniciado com a rodovia Ubatuba-Caraguatatuba, construída nos anos 1960, porém esta se intensificou extremamente com a Rio-Santos, trazendo também conflitos referentes ao cenário ambiental, econômico e social das comunidades caiçaras que ali residiam. De acordo com Mansano (1998), a Rio-Santos fez com que a venda da terra dos caiçaras para empresários de turismo, turistas e políticos se intensificasse drasticamente, já que o acesso à região se tornou bem mais fácil.

A construção da rodovia veio ao encontro de outras resoluções advindas do regime militar, baseadas no nacional desenvolvimentismo e na noção de que o Estado deve intervir de modo direto na economia para a promoção do desenvolvimento econômico, visando tão

somente esta dimensão (BRESSER-PEREIRA & THEUER, 2012).

Dentre as resoluções acima mencionadas está o Projeto Turis, que objetivava compor uma regulamentação para a ocupação do solo e a realização de uma agenda turística para cada um dos setores do litoral promovidos pela BR-101, e que definia a costa do norte paulista e sul fluminense como prioritárias para o plano de desenvolvimento turístico que integraria a população do território com o mercado (MANSANO, 1998; VIEIRA DE CARVALHO, 2011).

Outra medida desse período que causou profundos reflexos no modo de vida das populações tradicionais residentes nas áreas de conservação foi a movimentação para a regularização fundiária das terras litorâneas, executada pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA).

Nas localidades onde essa movimentação de fato foi implementada, o impacto no modo de vida tradicional caiçara foi profundo, pois a ocupação costumeira do território passou a ser entendida em termos de posse e propriedade da terra, e os moradores foram incentivados à declararem o que possuíam e inicia-se o pagamento de impostos (MANSANO, 1998). O que se seguiu, posteriormente, foi a aplicação de leis ambientais e fundiárias na região, criando inúmeros conflitos, grilagem a partir de assinaturas forjadas, turismo predatório, expulsão das populações de seus territórios e restrição das práticas e costumes históricos.

De acordo com Thompson (1998), citado por Silva (2003), o costume é o substrato da vida e pode reafirmar-se diante das dificuldades, conforme exemplifica ser o que acontece com muitas das populações tradicionais. Na maioria das vezes foram proibidas de manterem vivos seus costumes, suas tradições, sua cultura, devido às restrições das unidades de conservação, nas quais a simples presença destas populações tornou-se um crime.

Mansano (1998) explicitou em sua pesquisa feita em Cambury (SP), no final dos anos 1990, por meio de entrevistas com os moradores, como essas mudanças no entendimento do direito à moradia foram sentidas - o que antes era fundamentado na tradição, e que de uma hora pra outra, transmutou-se em algo controlado pelo Estado e por impostos.

Com a regulamentação fundiária e com o aumento maciço da especulação imobiliária para o turismo, o caiçara não reivindicou a regularização das terras que possuía para obter títulos de propriedade, por causa tanto do custo quanto por desconhecer seus direitos legais (MARCONDES & RAIMUNDO, 2019). Isso fez com que muitos compradores de terra vindos de fora chegassem na região e acabassem influenciando estes, muitas vezes, a venderem suas terras por valores baixíssimos. Adams (2002) afirma que:

especuladores, atraídos pelo crescente interesse imobiliário dão início a um violento processo de “aquisição” das terras dos caiçaras que, devido à



inexistência de propriedade legal, muitas vezes foram expulsos. Este processo envolveu sérias ameaças às famílias que se recusavam a abandonar suas terras, e muitas vezes resultou em mortes.

Aqueles que permanecem morando no território tornaram-se caseiros, empregadas domésticas e outros foram em direção às periferias que cercam a região (MANSANO, 1998).

Além desses acontecimentos, a legislação ambiental e as definições de áreas protegidas causaram uma transformação drástica na vida dos caiçaras - em sua relação com seu território e como viviam até então. Como aponto no terceiro capítulo, a legislação ambiental sobre áreas protegidas é vasta e define variadas tipificações de áreas protegidas, e algumas delas são sobrepostas em um mesmo espaço geográfico e sob diferentes abrangências, jurisdições e categorias de manejo.

A lei do SNUC (2000) posterior às questões apresentadas acima surge como uma tentativa de organizar a gestão do cenário de sobreposição produzidas historicamente, apontando para a necessidade de que tal gestão fosse “integrada e participativa” - que não era o caso, pelo menos, até então. Como se vê no Art.26 (2000):

Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.

No caso do Parque Nacional da Serra da Bocaina, os territórios e comunidades caiçaras seguem as legislações de variados tipos de UCs. Estas geram diferentes impactos no seu estilo de vida, pois o plano de uso é diferente de uma área para outra.

Um mecanismo que tem sido reivindicado contemporaneamente pelos caiçaras e outras comunidades de pescadores na região é o Termo de Autorização de Uso Sustentável – TAUS, que permite que certas comunidades mantenham suas práticas de sustento, independentemente da posse ou propriedade do território. De acordo com Marcondes & Raimundo (2019), essa reivindicação é de fundamental importância, pois:

(...) refere-se a temas antes não tratados diretamente nas políticas públicas de regularização fundiária, que sempre privilegiaram a propriedade da terra (mesmo que forjada) como elemento de reconhecimento de títulos. O TAUS, ao contrário, reconhece a moradia e o uso dos recursos naturais voltados à manutenção dos modos de vida, como direitos de garantia da posse e o fim da exploração de comunidades tradicionais por pretensos proprietários de terras e privilegiando o fortalecimento da coletividade.

A Reserva Ecológica da Juatinga, localidade a que se tem acesso somente de barco, e

onde parte da pesquisa de campo foi feita, engloba inúmeras comunidades caiçaras do município de Paraty e possui uma legislação que libera certas práticas tradicionais, que foram adaptadas ao turismo, como a utilização da caixeta, árvore nativa da Mata Atlântica, para o artesanato e a taquara, usada na confecção de cestos. Tais atividades estão previstas na lei da Reserva da Juatinga com a justificativa de manutenção da cultura caiçara (GARROTE, 2004). Em Ubatuba, comunidades caiçaras como Cambury e Pinguaba, visitadas no trabalho de campo, situam-se em área que está sob jurisdição do Parque Estadual da Serra do Mar, administrado pela Fundação Florestal, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente-SP.

**FOTO 2**  
**CAIÇARA E SEU ARTESANATO**  
**COMUNIDADE DE CALHAUS-RJ**



**FONTE:** Isabela Brasil, 2020.

O estabelecimento de UCs conseguiu conter, de certa forma, a especulação imobiliária, mas ao mesmo tempo inviabilizou grande parte do modo de vida tradicional das populações caiçaras que ali residem, proibindo todo um conjunto de atividades de extrativismo e agricultura nestas áreas (DIEGUES, 2008). De acordo com o autor:

Constata-se, em muitos casos, que o estabelecimento dessas áreas tem sido um freio importante na especulação imobiliária que desaloja as populações tradicionais de seus territórios ancestrais. Nesse sentido, a sua criação tem tido aspectos positivos.(...) No entanto, um dos problemas é que as autoridades

responsáveis pelas unidades de conservação percebem as populações tradicionais como destruidoras da vida selvagem, desprezando oportunidades reais de incorporá-las no projeto de conservação.

Diversos autores já apontaram os saberes tradicionais relacionados à agricultura como de baixo impacto ambiental, incluídos o sistema de pousio e o manejo das matas como auxiliares na diversidade de espécies vegetais. Esse possível auxílio à biodiversidade é em decorrência de um acúmulo complexo de conhecimentos acerca do mar, da floresta e dos meios de subsistência advindos destes (GARROTE, 2004; DIEGUES, 2000; LITTLE, 2002).

Os caiçaras ultrapassam um processo de invasão de sua visão de mundo, modo de vida e território por intervenções externas que geraram intensas modificações na relação entre eles e seus semelhantes, como comunidade, e na relação deles com o ambiente que os cerca: a terra e o mar. De acordo com Mansano (1998):

Em decorrência de declínios e prosperidades nos ciclos econômicos da região, os caiçaras foram gradativamente empurrados da terra para o mar, deixando de ser lavradores-pescadores e tornando-se pescadores artesanais proletarizados; os técnicos do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA chegaram e transfiguraram o sentido de terra coletiva, promovendo a individualização da posse; após isso, chegaram também os especuladores para comprar suas posses e empurrar mais uma vez o caiçara para o mar; e por fim, com a incorporação de seu território aos Parques, os caiçaras foram empurrados definitivamente para o mar, pois perderam o direito de praticar a agricultura etínerante.

De acordo com Adams (2000), as comunidades caiçaras enfrentaram e enfrentam ao longo dos anos um processo histórico de exclusão social e econômica que vem desde o período/sistema colonial. Tal processo os situou em uma configuração política e econômica periférica, impondo a eles terras marginais. Estes se dedicam e buscam formas de existir, constantemente se adaptando aos contextos sociais e econômicos que precisam enfrentar.

Atualmente, as famílias que permanecem em suas comunidades de origem são remanescentes dos processos de desenvolvimento que levaram à migração para localidades como Angra dos Reis, Santos, Paraty dentre outras. Conforme apontam os pescadores entrevistados em Paraty, para o diagnóstico socioambiental de pescadores artesanais da Baía da Ilha Grande feito em 2009, a quantidade de peixes diminuiu muito, sobretudo por causa da pesca de arrasto e das traineiras e, posteriormente, por causa dos barcos grandes, “de fora” que pescam na Baía e fazem uso de sonar (BEGOSSI *et al*, 2009). De acordo com dois dos entrevistados em minha pesquisa de campo, Antônio e Sandro, caiçaras da Ilha de Calhaus (RJ), ao serem perguntados sobre a quantidade de peixe atualmente falaram:

Ah antigamente dava muito... hoje em dia não... é muito barco de fora, com muito material... muito aparelho, né? Tipo sonar... esses barco grande de fora vem aí e usa...Estrangeiro, tem do Rio, do Sul... tem de tudo.

Inúmeras práticas tradicionais que englobam a identidade e o modo de vida caiçaras desapareceram, ou estão diminuindo drasticamente. Atualmente o turismo vem sendo, cada vez mais, a atividade principal para a economia local. A possibilidade de permanecer no território é cada vez menor. As leis impossibilitam que os filhos dos moradores “originais” que se casam possam abrir uma roça, ou construir uma casa separada do terreno dos pais.

Os que não vão para as cidades próximas acabam trabalhando para gente de fora - que comprou terras nas comunidades e construiu casas de veraneio -, como caseiros ou empregadas domésticas. Alguns montam quiosques na praia, ou transportam turistas em seus barcos para visitarem as ilhas e as praias da região. Certas comunidades ainda têm a pesca como a prática econômica central e e seus moradores também possuem roças para o consumo próprio, como complemento da sua alimentação.

**FOTO 3**  
**CAIÇARA MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO LOCAL**  
**VILA DE PICINGUABA-SP**



**FONTE:** Isabela Brasil, 2020.

**FOTO 4**  
**SEDE DO CENTRO COMUNITÁRIO**  
**QUILOMBO DA CAÇANDOCA-SP**



**FONTE:** Isabela Brasil, 2020.

Apesar das diversas transformações e limitações impostas ao estilo de vida caiçara no decorrer dos anos, as comunidades vêm se empenhando para afirmar sua cultura e se organizar, cada vez mais, por meio de fóruns e organizações de moradores, num esforço constante de sobrevivência e busca por garantias territoriais.



## 5. Expulsão velada e exclusão

Desde as primeiras conversas, no período de ida à campo, me pareceu evidente o clima de conflito que permeia a relação dos moradores das comunidades residentes nas unidades de conservação visitadas, com os gestores dessas áreas. É, sem dúvida, um elemento que sobressai de suas falas. Em outros momentos pude mesmo percebê-lo, ainda que não fosse explicitado como tal. Presente sob diversas formas, a existência do conflito, velado ou não, é um elemento característico da vida dessas pessoas.

Por avaliar que o embate entre as populações locais residentes nas áreas de conservação e seus gestores, bem como dessas comunidades contra os interesses exploratórios dos recursos materiais do território - de cunho comercial os mais diversos -, expressam um interesse velado de expulsão ou de exploração extrema (conforme a situação) dessas comunidades, este capítulo está dedicado à discussão de algumas das situações conflituosas observadas, a partir das quais busco relacioná-las às diversas formas de exclusão e expropriação vivenciadas pelas populações locais.

Como já observado, ainda que a relação antagônica mais evidente se dê entre as populações residentes - e suas formas tradicionais de vida e trabalho -, e os gestores das áreas, que, em última análise, são os responsáveis pela aplicação dos códigos e determinações legais contrários ao modo de vida tradicional dos moradores, a relação de embate não se restringe a eles. Envolve também os diversos agentes de interesses externos, que buscam a exploração dos recursos dessas áreas por objetivos comerciais, seja através da especulação imobiliária, seja pela apropriação dos recursos naturais existentes ou pela exploração do turismo de massa, seja enfim, pelas diversas formas de oposição às práticas tradicionais, que negam a eles os direitos de viver conforme aprenderam com seus antepassados e de como desejariam que seus filhos vivessem.

A relação de embate cotidiano se reflete na dificuldade de permanência das populações locais nas unidades de conservação, seja pela impossibilidade de se manterem e subsistirem a partir das práticas e uso tradicional dos recursos existentes nessas áreas, seja pela falta de perspectiva de uma vida melhor para seus descendentes. Ainda que busquem desenvolver estratégias coletivas de resistência aos seus opositores, o abandono de suas casas e de seu modo de vida, cultivado há gerações, em certos momentos se coloca como a única alternativa. Nesse sentido, a relação de permanente conflito parece esconder um objetivo velado daqueles que o cultivam, e que se explicita no êxodo cada vez maior a que são forçadas essas populações.

De acordo com Sassen (2020), ao referir-se sobre o surgimento de novas lógicas de expulsão na economia política global não há uma definição explícita para o que seja “expulsão” e seu sentido está associado, dentre outras coisas, a não fazer parte, ser mandado embora, não mais existir no espaço da vida que costumava existir: A autora aponta que:

expulsões – de projetos de vida e de meios de sobrevivência, de um pertencimento à sociedade, e do contrato social que está no centro da democracia liberal. Isso significa mais do que simplesmente mais desigualdade e pobreza. Em minha leitura, trata-se de um problema que ainda não é inteiramente visível e reconhecível (SASSEN, 2020).

Segundo Sawaia (2017) a exclusão não é “uma coisa ou um estado” e sim um processo contínuo, complexo e multifacetado, que se configura por meio de dimensões que podem ser materiais, políticas, relacionais ou até subjetivas. Para a autora, um cenário de exclusão é, muitas das vezes, sutil, pois “não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema”. Tal compreensão evidencia que as dimensões da exclusão abrangem a vida social como um todo, se manifestando no controle do território, nas formas de difusão culturais e nos problemas referentes às formações educacionais.

A partir de tais definições é possível compreender que está em curso um processo, às vezes velado, outras vezes bem explícito, de exclusão/expulsão sobre as comunidades tradicionais que ainda vivem nas áreas de proteção. Tais comunidades, se veem pressionadas ora pela especulação imobiliária, ora por uma legislação ambiental restritiva, ora por um contexto educacional formal e conservador que não engloba suas práticas tradicionais.

Do mesmo modo, as comunidades tradicionais que vivem no interior da UCs, mantêm um embate cotidiano com as gestões autoritárias e punitivas das UCs, ao ponto de, nas situações extremas, limites, serem obrigadas a um deslocamento habitacional, levando-as à marginalização nas cidades próximas e ao afastamento de sua identidade e tradições. Esse contexto é um forte gerador de incertezas e insegurança para elas, que se veem cada dia mais cerceados em seu modo de vida característico, tradições e costumes, sentindo-se encurraladas dentro de seu próprio território - assim considerado, posto que resultado da presença nele, como moradores, há gerações.

De acordo com Loureiro Fernandes (2017), em muitos casos agentes do Estado adotam estratégias de ação indireta para lidar com as populações locais residentes no interior de UCs. Para além da falta de investimentos em políticas de indenização e desapropriação, as práticas que compõem a cultura destas comunidades são paulatinamente inseridas em uma condição de ilegalidade.

Segundo Castro (2017), esse contexto de cerceamento e controle das atividades locais configura-se a partir da categoria nativa da *expulsão pelo cansaço*. Em depoimento dado ao pesquisador, em seu trabalho de campo na Juréia (SP), Dauro do Prado, liderança caiçara, configurou a situação como:

uma tática do Estado, que começou na década de 80. Que é uma tática que eles falam que não é expulsão, vai tirando a escola, vai tirando o rio, vai tirando a canoa, vai tirando a estrada e os caras [moradores] são obrigados a irem embora. Os caras [pessoas do governo, por exemplo] vão dizer: “mas a gente não expulsou ninguém”. Mas acabou expulsando por não ter política pública (Castro, 2017, p.60).

Nas entrevistas feitas em Picinguaba (SP), Cambury (SP), Quilombo da Caçandoca (SP), Pouso da Cajaíba (RJ) e Calhaus (RJ) diversas faces dessa crescente tentativa de expulsão, veladas ou não, das comunidades foram trazidas pelos interlocutores, como podemos ver na fala de Maria:

A gente tá preso na mão deles! A gente tá igual os escravos! Só que eles trabalhavam por comida e roupa, né? E nós não... nós não podemos... A única coisa que nós podemos mesmo é viver e morar aqui... Eu acho que eles pensam assim “daqui a pouco eles morrem, né? A gente não deixa os filhos dele fazer casa, a gente não deixa a geração deles continuar”... O que vai acontecer? Os meus filhos vai pra cidade viver de aluguel, porque uma hora eles vão arrumar família deles, né? Dois já estão na cidade... então, o que que vai acontecer? Aí fica a casa no meio do mato, igual muitas casas que tem por aí no meio do mato... O cupim vai comendo e daqui a pouco a casa vai cair! O mato cresce e o pessoal não vai mais limpar isso daqui porque o mato já vai ter crescido... perdeu a terra! Perdeu o lugar! Acabou e é deles! Se nós morando aqui eles já falam que é deles... imagina se um dia nós morrer e não ficar ninguém aqui?

Algumas formas de conflito e violência, inclusive psicológica, exercidos contra as populações residentes em UCs serão abordadas a seguir, visando relacionar como tais práticas podem contribuir para o processo de expulsão dos moradores dessas áreas ao minar suas formas de subsistência e manutenção de suas tradições, ou mesmo destruir as relações de companheirismo e solidariedade entre as pessoas da comunidade, enfraquecendo suas formas de resistência frente ao opositor comum.

### 5.1. A gestão cerceadora, punitiva e vigilante

A relação entre as populações locais e as gestões das UCs geralmente é caracterizada por embates, principalmente em função de um modelo de gerenciamento restritivo das áreas, o que leva a um constante choque entre o que é definido pela legislação e as práticas das populações locais que moram no interior de áreas protegidas, muitas delas seculares, de usos e costumes relacionados ao aproveitamento dos recursos do território. Nas palavras de Maria,



moradora da Vila de Picinguaba (SP), temos um retrato dessas antigas práticas e do uso dos recursos naturais para o sustento da população residente:

quando eles chegaram, eles chegaram muito de mansinho! Como se fosse nada... eles não proibiram de fazer uma casa, não proibiram de fazer nada! E nós achamos ‘ah eles estão tomando conta da mata, mais preocupado com quem caça, pra quem derruba a floresta, bota fogo na floresta toda...’ até porque é proibido, né? Botar fogo numa floresta dessas aí pra não fazer nada é maldade também, né? Tem que ter consciência! Meu pai fazia por necessidade... O avô dela, o pai dela, a vó dela... os meus avós... Era por necessidade! Era a sobrevivência deles! Era pouco, que se eles não fizessem... eles morriam de fome! De onde mais eles iam tirar?

A estratégia inicial da gestão da UC, ao menos na comunidade de Picinguaba - segundo o relato de Maria, acima, nos deixa ver -, foi de não causar conflitos e restrições às práticas locais. Atualmente, entretanto, o relato sobre as restrições impostas às populações são eloquentes e comuns às diversas comunidades estudadas. Ainda nas palavras de Maria, quando questionada se possuía roça, conhecemos a realidade atual, decorrente das proibições impostas pela gestão do Parque Serra do Mar: “aqui nós não pode plantar porque nós somos tudo proibido, né? ”, Segundo ela, as restrições se dão da mesma maneira em relação à pesca - sendo proibida tanto a pesca industrial quanto a artesanal -, pelo argumento de que as duas são potencialmente predatórias. A coleta de materiais para a confecção dos equipamentos necessários para prática da pesca também é proibida, como por exemplo a madeira para confeccionar a tradicional canoa caiçara - esculpida em um único tronco. É igualmente proibida a caça de subsistência, atividade exercida por muito tempo pelos antigos moradores das unidades.

No relato de Thaís, caiçara da vila de Picinguaba (SP), vemos corroborada a prática restritiva da gestão e o caráter punitivista de suas ações contra a população residente. Em suas palavras; “essa florestal (refere-se à guarda) que não deixa nós... não deixam nós construir, não pode cortar uma árvore. Não deixam nada. Não pode cortar uma arvorezinha ou fazer uma roça que você já vai ser processado”.

O argumento legal, normalmente utilizado pelas UCs, é de que determinadas práticas dessas populações vão de encontro aos propósitos das unidades de proteção integral e, por isso, são desautorizadas pela legislação ambiental, com ressalva ao turismo, que é impedido somente em reservas biológicas. Porém algumas destas práticas são muito dificilmente evitadas, pelo fato de serem parte fundamental da sobrevivência e subsistência destas populações (VIANNA, 2008). Vemos essa realidade, e a lógica estatal que a orienta, retratada nas palavras de Diegues (1995):

O governo tem implantado propriedade do Estado em áreas transformadas em unidades de conservação. Em muitas dessas áreas existiam e existem formas

comunitárias de apropriação dos espaços e recursos naturais. Nas unidades restritivas (Parques Nacionais e Reservas Ecológicas), por lei, não é permitida a presença de moradores. Por várias razões essas comunidades tradicionais continuam residindo nas áreas naturais protegidas, apesar das limitações impostas no seu modo de vida. Frequentemente, essas restrições, aliadas à repressão dos guardas florestais, levam à emigração dessas populações que sem nenhuma assistência engrossam as favelas urbanas (DIEGUES, 1995).

A mudança radical causada por esta nova realidade fica evidente na fala de Maria, da comunidade de Picinguaba (SP), que relatou sobre a chegada de membros da gestão do Parque Serra do Mar e a conversa que tiveram com seu pai:

Eles falavam "O senhor sabe o que é proibido? O senhor tem roça? O senhor caça?" e meu pai falou "de vez em quando, né? Não é sempre" e eles falaram "então, o senhor não vai poder fazer mais isso não, porque é proibido Seu João" e meu pai ficou muito triste... Falaram que se ele fizesse isso e fosse pego, ele seria preso! E vai mesmo, né?

A extração de produtos vegetais, de modo geral também é proibida. Esta é amplamente utilizada para, por exemplo, a confecção de artefatos de trabalho, como pôde ser visto no exemplo citado acima, quanto a proibição do uso da madeira da floresta para a construção de canoas, mas que se estende para quaisquer outros utensílios como remos, cercas, esteios de casas, artesanato ou mesmo de plantas medicinais ou de recursos para a própria alimentação.

Há restrições igualmente referentes à agricultura de subsistência, como por exemplo, as pequenas roças próprias. Victória, moradora da vila de Picinguaba (SP) relatou sobre os valores altos das multas referentes a qualquer descumprimento das restrições:

A gente fez uma pequena roça de mandioca, 8x5... E eu fui multada como crime ambiental! ... fui multada por 11 mil reais! Essa multa por essa pequena roça de mandioca eu tô recorrendo, né? Porque eu não tenho condição de pagar esse valor.

As formas de gerenciamento das gestões das UCs representam para as populações locais uma intervenção rígida em seu território, pois eles se veem agora em uma realidade muito diferente, tendo em vista que seus pais, avós e bisavós sempre dependeram de suas roças e de eventuais utilizações de matérias-primas oriundas da floresta, vendo a terra e o mar como parte fundamental de sua vida e de seu sustento.

Na fala de João, entrevistado do Quilombo da Caçandoca (SP), fica explícito o que Paul Little (2010) conceituou como regimes e práticas de conhecimento utilizados pelos povos indígenas, populações agroextrativistas, quilombolas, ribeirinhas que podem ser entendidas como um arsenal de modelos de manejo e de práticas de gestão ambiental de biosferas complexas. Entretanto, tal conhecimento é desconsiderado e desrespeitado pelas gestões dos Parques, conforme enfatiza o entrevistado:

Preservar mata, mata de restinga... isso aí tem que ser preservado, de fato! Só que tem questões aí que fazem parte da nossa cultura, nossa tradicionalidade e que a gente não abre mão. A coivara... "Os caras estão fazendo queimada!", queimada é aquilo que tá acontecendo na Amazônia, manejo de floresta através de fogo é outra coisa. Roça de coivara é tradição caiçara, indígena e quilombola! (João, quilombola do Quilombo da Caçandoca - SP).

Por meio de uma ação usualmente autoritária, o Estado contribui para o desaparecimento de um enorme acervo de etnoconhecimento e etnociência, de sistemas de manejo dos recursos naturais e da diversidade cultural e ambiental. Nesse mesmo sentido, Diegues (2008) afirma:

esse *know how* tradicional é um instrumento importante para a conservação. Como essas populações em geral não têm outra fonte de renda, o uso sustentado de recursos naturais é de fundamental importância. Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena (...) a conservação dos recursos naturais é parte integrante de sua cultura.

Nas narrativas de muitos interlocutores entrevistados em campo é comum tratarem do impedimento que os administradores das áreas impõem à construção de casas (mesmo que sejam de barro) ou qualquer tipo de reforma em suas casas. Desde uma simples troca de janela até uma reforma substancial, estas só podem ser feitas se antes tiverem o aval da gestão do Parque, o que, na maioria dos casos, não acontece. De acordo com Maria, de Picinguaba (SP):

Não tem nada pra favorecer... Nada pra nós... Nem pra construir uma casinha de dois cômodos pros nossos filhos morar, nós não temos esse privilégio deles! Então, eles nos amarraram e nós estamos acorrentados... estamos iguais os escravos de antigamente! Eu me sinto assim... Sabe por que? A minha casa aqui, ela foi multada!

De acordo com a entrevistada, essa restrição leva à impossibilidade de sequer poderem melhorar a casa em que moram, ou construírem outra, no mesmo terreno, para que seus filhos possam continuar na comunidade. As consequências dessas restrições às comunidades residentes nas UCS são evidentes e contribuem, dentre tantas outras perdas, para um cenário de desagregação familiar, pois leva à impossibilidade de permanência de seus filhos e descendentes, fazendo com que estes sejam obrigados a se retirarem do local, se mudando para outras cidades próximas, como por exemplo, Santos e Ilhabela, locais onde os custos são diferentes, bem maiores, os alugueis são altos e a consequência, em muitos casos, é a marginalização dos que são obrigados a sair. Maria continua:

É isso que entristece mais a gente, né? Porque pelo menos se a gente pudesse continuar a geração da gente... Porque depois que eles estiverem... Eu creio assim, sabe? A gente luta muito pra que eles pudessem ter a casa deles, eles queriam ter, né? Só que depois que eles lutarem mais, comprar um lugarzinho pra eles... Porque é muito difícil em uma cidade! Pra comprar um terreninho lá é caro, entendeu? Precisa ganhar bem... E o que eles ganham é um salário trabalhando no supermercado...

Cabe, entretanto, questionar algumas nuances dessas gestões restritivas, que, em dado momento, parecem ser dirigidas especificamente às comunidades tradicionais que se mantêm no interior das UCs. Essa dificuldade em receber autorização do Parque, de acordo com os entrevistados, é uma realidade vivenciada apenas pelos residentes locais, pois os veranistas que tentam reformar ou construir casas para a temporada acabam por não ter dificuldade alguma em dar início aos seus projetos. Gabriel, jovem morador da comunidade do Cambury (SP) expôs que:

A gente que é local, caiçara... o Parque vê a gente, tipo... a gente quer construir, quer mexer no lugar... na nossa terra! Aí a gente tem que pedir autorização pra eles... a gente vai lá e pede e eles não dão! Aí o pessoal de fora, eles compram terreno caiçara daqui... Eles não precisam nem pedir autorização. Eles nem pedem... vão lá e constroem...

As comunidades tradicionais que moram no interior dos Parques se veem em uma situação difícil de ser compreendida por aqueles que desconhecem seu cotidiano. Rodeados de riquezas e recursos naturais que lhes permitiriam viver de uma forma digna, acabam sendo obrigados a conviver com a pobreza e a marginalização, “engessados” e desassociados da biodiversidade que os cerca – mar e terra.

Vê-se, entretanto, diante das narrativas e exemplos trazidos nos depoimentos dos moradores de comunidades tradicionais visitados nesse estudo, que parece haver um padrão de comportamento das gestões das UCs. Ao desconsiderar o modo de vida e a tradicionalidade dos usos e costumes dessas populações, lhes impondo restrições - impossíveis de serem cumpridas sem abrirem mão do modo de vida que aprenderam de seus antepassados e que lhes dá o sustento -, além de punições das mais diversas, as administrações das UCs desenvolvem um projeto de expulsão velada, ou nem tanto, que penaliza essas comunidades e os leva a questionar a possibilidade de sobrevivência e um futuro para os seus filhos. Victória, de Picinguaba (SP), afirma:

Se pudesse, pelo menos, construir a sua casa e ir morar com os seus filhos... se você pudesse fazer a sua horta pra colher os seus alimentos saudáveis, né? No final de semana... já tá ótimo pra você viver! Não precisa desmatar, não precisa fazer uma roça grande..., mas pelo menos só uma coisinha pra você viver, já tá ótimo! Eu acredito que se fosse assim, seria bom...

Impedidos de fazer uso de suas práticas e de usufruir dos recursos existentes ao seu redor, que são fundamentais para a perpetuação dos seus modos de vida e afirmação de sua identidade, os moradores das UCs vivem num cenário de profunda angústia, continuamente tomados pelo sentimento de medo, insegurança, preocupados com as multas, com o desalojamento, a desestruturação familiar ou quanto aos inúmeros tipos de punição que podem

recair sobre eles. Muitos narraram sobre quão difícil é conviver com as ações punitivas de gestores de UCs, que aplicam multas exorbitantes no caso de descumprimento de qualquer demanda ambiental.

De acordo com os interlocutores, outro fator que causa desconforto cotidiano nos moradores das UCs é o processo de vigilância intensa que sofrem, exercido através de rondas constantes dos monitores do Parque, bem como através do uso de helicópteros e drones, que em sobrevoos diários vigiam as comunidades para garantir que estejam respeitando as normas do Parque. Jorge, habitante de Cambury (SP), expôs em sua fala essa realidade: *“Toda vez que passa helicóptero a galera fica agoniadinha.... A Polícia Ambiental cola aqui sempre, tira fotos das casas e filma...”*.

Questionado sobre quão comum é a prática da vigilância exercida pela administração da UC, Gabriel, habitante da mesma comunidade confirma o relato anterior, enfatizando o patrulhamento constante executado por drones e as consequências dela advinda: *“Sempre!... Aqui qualquer coisa é multa”*.

Essa realidade relatada pelos entrevistados pode ser analisada a partir do que sugere Foucault (2009) na sua obra *Vigiar e Punir*, em que teoriza sobre tais estruturas de vigilância constante, baseadas na observação e intervenção de pessoas, por outras pessoas. De acordo com o autor cria-se um sistema no qual o sujeito passa por um processo de disciplinamento, vertical e hierarquizado, que opera a fim de alcançar a introjeção de determinadas normas ou proibições por parte daqueles que estão sendo vigiados. Ou seja, ao longo desse processo o método disciplinador visa, de certa forma, “adestrar” aqueles aos quais se aplica, para, a partir daí, torna-los obedientes (FOUCAULT, 2009).

Essa vigilância incessante é acompanhada de punições, que no caso das comunidades escutadas são vivenciadas por meio de multas de altos valores e em último caso até demolição de casas construídas sem o aval do Parque. Jorge, do Cambury (SP), expõe:

O Parque enche o saco pra caramba, mas não faz nenhuma mínima ação de resíduo sólido, de orientação... nada! É totalmente punitivo... é só punitivo, não é orientador e nem construtor. Só fica punindo e punindo...

A introjeção das regras e a aceitação do processo punitivo por alguns membros da comunidade também pode ser observado no relato de Gabriel, do Cambury (SP), quando informa que, em alguns casos, os próprios moradores da comunidade acabam delatando seus vizinhos: *“... E as vezes tem a denúncia mesmo, os próprios caiçaras que denunciam”*.

De acordo com Foucault (2009) uma das formas de expressão de poder e a hierarquia das instituições é por meio da disciplina, que faz dos sujeitos ferramentas do seu próprio exercício.

Este olhar constante, sentido por todos, começa a ser interiorizado e os próprios moradores com medo de serem punidos ou excluídos, passam a vigiar si mesmo e aos outros. Para Brígido (2013) o propósito do ato de disciplinar como expressão de poder é “docilizar o indivíduo, ‘fabricando-o’, do ponto de vista social, econômico e político”. Essa instrumentalização dos indivíduos está presente na fala de Thaís, caiçara da Vila de Picinguaba (SP):

Assim, é porque antigamente, aqui tudo pra cima era roça... hoje em dia, se lá no terreno... que é do meu avô... se eu ir lá limpar o terreno pra mim plantar... Deus me livre e guarde! É processo na certa. Eles vêm porque a pessoal denúncia. A própria comunidade denuncia o vizinho’

A instrumentalização dos próprios moradores, a partir desse processo forjador de disciplina, que leva-os a agirem contra seus vizinhos e, afinal, contra seus próprios interesses, requer uma vigilância contínua dos sujeitos e se constitui uma espécie de violência psicológica extrema, por meio da qual não se trata somente de confirmar se estão cumprindo ou não as normas, mas, segundo Brígido (2013), busca garantir que estarão constantemente se sentindo sujeitos à uma “pirâmide de olhares” de todos entre todos.

## 5.2 Educação como instrumento de exclusão

A educação como processo emancipador e desvelador da forma como a sociedade é constituída – a partir de relações desiguais de produção e distribuição das riquezas geradas e da apropriação injusta dos recursos existentes na natureza, sintetiza o pensamento de Freire (1999). Para ele, a educação pode ser libertadora, baseando-se na assertiva de que ela deve ser um instrumento para as pessoas pertencentes às classes menos favorecidas da sociedade desenvolverem uma consciência crítica a respeito da sua existência e se entenderem como protagonistas da sua realidade, e assim poderem transformá-la em seu benefício e da coletividade em geral.

De outro modo, reconhece, a educação também pode ser instrumentalizada de maneira perversa, como meio de manutenção do *status quo* ou ainda de intensificação de contextos de exclusão e espoliação velada sobre a vida e identidade dos personagens contra quem se dirige.

O processo de espoliação do território, como aqui referido - no contexto desse estudo sobre as formas de tratamento dado às populações locais residentes nas áreas de conservação - , não deve ser visto somente como algo de natureza exclusivamente fundiária, pois, utilizando a definição dada por Little (2002), entende-se a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou “homeland”, o que nos permite compreender, nessa perspectiva, que o território se constitui elemento estruturador da própria

identidade do sujeito que o habita, e que sua perda se reflete inegavelmente tanto em termos materiais quanto subjetivos.

Ainda, no intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, Little (2001) utiliza o conceito de cosmografia, definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades - coletivamente criados e historicamente situados - que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele.

Assim, tendo como referência a ideia de território em um sentido mais amplo, quero destacar a importância da educação, dentro da perspectiva freireana, como parte de processo substantivo de formação cultural. Em campo, ficou evidente as formas que esse processo vem sendo utilizada em prejuízo das populações locais: através da negação dos saberes e valores tradicionais a partir de um modelo de educação formal tradicional, que não dialoga com a realidade e os valores destas comunidades.

Uma educação diferenciada para as comunidades tradicionais sejam elas indígenas, quilombolas ou caiçaras significa reconhecer que os métodos de ensinar e aprender destas são diferentes dos currículos escolares formais e padronizados, uma vez que traz ao longo de seu processo as práticas e conhecimentos, em sua forma particular de transmissão, de sua cultura e do território a qual pertencem.

Conforme resume o *Dossiê sobre a situação da educação escolar das comunidades tradicionais de Paraty*<sup>15</sup>, incorporar esta educação diferenciada é um forte instrumento de valorização da cultura, da identidade e também de defesa do seu território. Tendo como objetivo garantir o acesso à educação escolar para as comunidades tradicionais, o documento apresenta um resumo da situação da educação escolar das comunidades tradicionais de Paraty - caiçaras, quilombolas e indígenas -, evidenciando as dificuldades e os entraves que se interpõem ao pleno direito das comunidades tradicionais à educação diferenciada, conforme previsto em lei.

Soraya, moradora do Quilombo da Caçandoca (SP), após ser indagada pelas entrevistadoras se ela julgava que o que era ensinado na escola do seu filho em algum momento abordava a cultura quilombola disse: “na minha opinião... o que eles aprende, o que eles tem

---

<sup>15</sup> Disponível em: < [http://www.mprj.mp.br/documents/20184/1330165/Dossie\\_sobre\\_a\\_situacao\\_da\\_educacao\\_escolar\\_das\\_comunidades\\_tradicionais\\_de\\_Paraty.pdf](http://www.mprj.mp.br/documents/20184/1330165/Dossie_sobre_a_situacao_da_educacao_escolar_das_comunidades_tradicionais_de_Paraty.pdf) >. Acesso em 30 de outubro de 2021.

*que aprender na escola, tipo, o básico só... sabe? Sobre quilombo e essas coisas eles não aprendem muito, não”.*

Uma educação que é incapaz de estabelecer o diálogo com o modo como a cultura e a sociedade local está configurada, está efetivamente propiciando a espoliação e a exclusão desta. Desmerecendo, desvalorizando, retirando dali o solo onde essas pessoas se ancoram. Isso fica evidente na fala de Cristiano, entrevistado da comunidade caiçara de Pouso da Cajaíba (RJ):

o acesso da educação a juventude... nós fomos perdendo a nossa essência... da educação, que era da família, né? Isso aí as comunidade foram perdendo... eu nem sei como até falar, né, porque a gente fala que sente falta de uma escola mas ao mesmo tempo a gente vê que uma escola tira isso da gente.

Após ser questionado sobre “o que a escola tira deles”, justifica:

[a escola] começa a mostrar que o bom é o que tem no mundo lá fora... então através disso acarreta outras coisas, né? Então eu acho que não precisa muitas das vezes isso... de professoras falar isso. Conversando com a professora, a menina fez uma pergunta assim: “e aí, o que que esses alunos se interessam?” “não... eles aqui não querem saber de nada não...” “nada? Mas como assim?” “não, é que aqui eles só se interessam por canoa, barco, motor...” “mas isso aí já é alguma coisa! Canoa, barco e motor são coisas que estão no dia a dia deles! Por que nós não apresenta pra eles qual o sentido disso? O valor disso? Aí ela”... “não... eu já falei pra eles que tem que estudar pra ser alguém na vida”.

De acordo com Silva (2004 *apud* Perrelli, 2008) é necessário situar os saberes científicos e tradicionais lado a lado, vendo-os sob a perspectiva de que ambos se configuram como instrumentos culturais, produtores de identidades - que manifestam definições sociais e culturais específicas, que influenciam indivíduos, que estão diretamente permeados por relações de poder. De acordo com o autor, quando pensados a partir de uma concepção de incentivo ao diálogo intercultural, os currículos escolares podem agir como ferramentas de luta, afirmação de identidade e resistência.

Cristiano, caiçara de Pouso da Cajaíba, carrega em sua fala a indignação frente ao que considera um desmerecimento à cultura caiçara em sala de aula, quando nela se “ensina” aos alunos que o ideal é sair da comunidade para “ser alguém na vida”, desconsiderando toda a identidade do lugar, e a forma como seus pais-avós e ancestrais sempre viveram. Considera esse comportamento um incentivo ao êxodo das gerações futuras ao fazer com que as crianças da comunidade “aprendam” que ser como são não é o suficiente, nem desejável. De acordo com o entrevistado:

Quando fala pra uma criança, que pescar é o fim do mundo... fala assim “pô você tem que estudar porque a ponta da caneta é menos do que o peso de uma rede ou do cabo de uma enxada...” aí você tá desmerecendo o que que o pai



dessa criança é, sabe? Você não tá valorizando o pai dele, que fica ”não, o meu pai foi um burro analfabeto, não soube nada...” então aquilo ali passa a não ter valor.

Conforme argumenta Moreira (1999 *apud* DA SILVA MONTEIRO, 2020) o currículo escolar não é um recurso “inocente e neutro”, apenas para uma difusão desinteressada de saberes e conhecimentos sociais. É por isso que se faz necessária a participação das comunidades tradicionais na construção destes currículos, para que seja elaborada uma forma de ensino que dialogue com seus interesses, suas necessidades políticas e suas práticas culturais particulares.

Seu Felipe, ancião da Vila de Picinguaba (SP), expôs que não há interesse dos professores em levar os pescadores ou moradores mais velhos do local para sala de aula – e lá poderem difundir as histórias, experiências e memórias de seus antepassados e inculcar o respeito que as gerações atuais devem prestar a eles. De acordo com ele tal atitude seria de grande proveito para as crianças da comunidade, que parecem não possuir mais conhecimentos a respeito de sua própria história.

A escola ensina coisa boa...ensina, ensina... Só que tem uma coisa que a escola daqui... as crianças daqui não sabem o que a gente aprendeu. Não tem uma criança pra perguntar o que é isso aqui, o que é que faz isso aqui... Ano passado as crianças vem aqui e falaram “Seu Felipe, eu queria aprender uma aula com o senhor...” e eu perguntei pra professora “por que que a senhora não vem aqui e não me chama, eu não vou cobrar nada... pra mim explicar, dentro da sala de aula o que se passa, o que eu sei, o que eu aprendi...” ninguém sabe de nada.

A medida que o que é ensinado em sala de aula se torna mais congruente com o dia-dia das crianças, o interesse em permanecer na escola tende a aumentar exponencialmente. Dentre os interlocutores, Thaís, caiçara residente da Vila de Picinguaba (SP), afirmou que seu filho não tem vontade alguma de ir para escola e que não vê “futuro” nisso, já que quer ser pescador:

Ele tem 6 anos e desde 3 anos ele anda de canoa, pesca... agora a escola pra ele é uma luta... eu ponho na escola e ele quer morrer, sabe? Chora... Ele só quer pescar, ir pro mar... Ele ainda fala “pra que que eu vou estudar? Eu quero ser pescador” e eu digo que pescador tem que tirar documento senão não pesca... né? Mas é difícil... tirar ele daqui pra deixar na escola, meu deus do céu.

Cristiano, do Pouso da Cajaíba (RJ) pondera, entretanto, que a educação diferenciada também não deve se restringir a ensinar somente as práticas tradicionais, mas sim oferecer uma gama de opções para o estudante para que, dentre estas, ele possa fazer suas próprias escolhas. Sem influencia-lo a ir ou ficar, mas lhe dando a liberdade de decidir:

Então, é o que eu falo, na educação.... Quando você consegue uma educação, que você valoriza o seu modo de vida, o que você é.... né? O que você

pretende pra você, né? Porque a educação diferenciada, você tem o livre arbítrio de aprender o que você quer pra você. Porque todos têm direito... se o cara quiser ser um médico, ele vai estudar, vai se esforçar e vai ser um médico... não tá restrito a ser só o cara que vai fazer a canoa ou vai pescar, não.

A partir dos relatos do campo me parece evidente que é necessária uma formação educacional que respeite e reconheça a diversidade. Que seja concebida a partir de uma perspectiva múltipla, como se refere Cristiano, para que assim possa se transformar numa ferramenta útil para a luta pelo território e para a afirmação da identidade das populações tradicionais, e contribua para seu senso de pertencimento ao local, ao invés de agir como um mecanismo de exclusão e manutenção da desigualdade social, que funciona na maioria das vezes como um incentivador da expulsão, mesmo que velada, das populações de seus locais de moradia.

Segundo Ingold (2004) a noção de pertencimento do sujeito é construída a partir dos seus conhecimentos e das práticas desenvolvidas localmente. Ao fazer a diferenciação entre o conhecimento tradicional - gerado a partir das práticas da localidade -, e o conhecimento enquadrado na concepção modernista, este último seria um equívoco pois é baseado na noção de saberes compartilhados como herança, passados de uma geração a outra de forma intacta, assemelhado a um conjunto de códigos pré-experienciais a serem adquiridos. O autor propõe que o conhecimento tradicional e local é uma construção contínua, inseparável das práticas que acontecem ao se habitar certo ambiente e gerado ao longo de reiteradas experiências, portanto sempre está mudando, tal qual um “organismo vivo”. De acordo com ele:

enquanto o conhecimento tradicional na concepção modernista consiste em itens de conhecimento que são armazenados na memória, da qual podem ser acessados e expressos na prática, o conhecimento tradicional na concepção local subsiste nas próprias atividades práticas, atividades que também podem ser entendidas como formas de lembrar. (...) Ainda mais fundamentalmente, a distinção entre conhecimento tradicional na concepção modernista e conhecimento tradicional na concepção local depende da diferença entre pensar a tradição como um tipo de substância e pensar ela como um tipo de processo.

Cristiano, em suas palavras, resume esse entendimento:

Eu sempre brinco que a gente caíra já nascemo com o remo na mão... então, quando nasce, já tá na água...ele já tá no habitat dele. Então, o que ele aprende é andar de canoa, o que ele aprende é pilotar um barco...o que ele aprende a fazer é tudo que tá no dia-a-dia dele, né? Então, se ele passa a ter mais essa valorização, dele se achar, dele se reconhecer, né? Ele vai ficando na comunidade...

Afirma-se dessa maneira a percepção de que o processo de educação não pode estar dissociado das práticas que a vivência no território propicia - em particular nas áreas de preservação ambiental, como destaque nesse estudo -, às populações locais que nele habitam. Para além disso, evidencia-se como a educação pode contribuir para o senso de pertencimento das comunidades em relação às áreas de proteção onde vivem, e que essa relação se configura um mútuo pertencimento, pois na mesma medida em que os indivíduos pertencem às localidades que ocupam, estas localidades também pertencem aos indivíduos que nelas vivem - e delas cuidam.

Para os grupos sociais que vivem em unidades de conservação e enfrentam cotidianamente os desafios de permanência nessas áreas, poder estar em seu território aprendendo e ensinando dialeticamente com as gerações passadas e futuras, exercendo as práticas ambientais sustentáveis - desenvolvidas há gerações e atualizadas no cotidiano -, afirmaria a relação de interdependência que existe entre essas comunidades e as áreas protegidas e, ao mesmo tempo, a possibilidade de construção de um futuro que possibilite a sobrevivência sustentável de ambas.

## 6. Conclusão

Vimos, a partir desse estudo, que o estabelecimento inicial dos parques nacionais no Brasil reproduziu o modelo norte-americano, fundamentado no entendimento de “natureza intocada” e vida selvagem (wilderness), que afirma a incompatibilidade entre intervenções humanas e a conservação do meio ambiente, e que desconsidera completamente as populações locais que sempre existiram e habitaram estas áreas como indígenas, pescadores, ribeirinhos e quilombolas.

Tal compreensão alastrou-se globalmente e intensificou a separação entre as comunidades e os parques, gerando impactos drásticos para as populações locais. Ainda que em oposição àquela visão tenham surgido outras linhas de pensamento que, diferentemente, associam a sustentabilidade às formas de viver das populações que historicamente residiam em áreas que vieram a ser protegidas, em geral a criação das UCs nacionais baseou-se quase que exclusivamente no modelo que separa as populações locais das áreas protegidas, negligenciando-as por completo.

Até a década de 1980 as comunidades tradicionais e populações locais brasileiras que habitavam as UCs não possuíam qualquer tipo de visibilidade sociológica e/ou política. Sua inclusão no debate ambientalista foi motivada pela movimentação internacional e nacional a respeito do tema e pela constante mobilização local dessas populações que introduziram a questão ambiental em suas lutas por direito ao território e ao acesso aos recursos naturais.

A eclosão de um movimento internacional de crítica aos sistemas de modernização que implicam em uma exclusão tanto identitária quanto cultural das populações locais residentes nas áreas protegidas leva a intensificação das reivindicações dos direitos associados a um reconhecimento das identidades das comunidades e povos tradicionais.

Nesse sentido, um marco em relação às reivindicações dos direitos associados a um reconhecimento das identidades das comunidades e povos tradicionais foi o estabelecimento da Convenção nº. 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho – OIT, firmada no ano de 1989. Com ela, passa-se a admitir inúmeros direitos às populações locais, dentre eles o direito à diversidade sociocultural e, destacadamente, o reconhecimento do direito à posse e propriedade das áreas tradicionalmente ocupadas pelos grupos, a implementação de meios de participação em decisões e formulações, a avaliação de políticas e programas que lhes afetem, e a auto identificação como horizonte para reconhecer o pertencimento ao grupo.

Apesar dos evidentes avanços e mobilizações ao longo dos últimos anos, as populações

locais ainda têm sido consideradas um problema que gera o impedimento à concretude dos objetivos das unidades de conservação de proteção integral, como explicita a retirada destas populações do interior de algumas UCs, como no caso do Parque Nacionais de Iguazu (PR), da Reserva Biológica de Sooretama (ES), Anavilhanas (AM) e do Parque Nacional da Serra da Bocaina (SP/RJ) (VIANNA, 2008), este último, cenário da etnografia que fundamenta esta monografia.

Contemporaneamente, entretanto, pude constatar nas UCs que foram o cenário desta etnografia: o Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) e o Parque Estadual Serra do Mar (PESM), como os moradores se veem afetados pelas inúmeras restrições a eles impostas quanto ao uso dos recursos naturais, muitas das vezes sendo expulsos dos seus territórios, obrigados a migrar para outros locais, por não haver mais ali qualquer tipo de perspectiva para o seu futuro, se mantiverem seu modo de vida tradicional

Os relatos sobre o processo de expulsão quase velado que os moradores daquelas comunidades sofrem - seja das administrações dos Parques, seja pelos interesses econômicos que desestruturam seu modo de vida e afetam sua sobrevivência -, permitiram-me reconhecer como tal processo não se resume estritamente à perda de seu território, mas como isso também se reflete nas preocupações que eles manifestaam acerca da perda de seu modo de vida, da herança de seus antepassados e das angústias relacionadas ao seu futuro e de seus descendentes. Nesse mesmo sentido, é possível afirmar que tais territórios não são apenas o local onde moram, mas também onde exercem sua religião, sua cultura, desenvolvem relações sociais e econômicas, e, cotidianamente, elaboram/constroem/afirmam suas identidades.

Constata-se, em campo, que as populações que ocupam UCs podem ser diferentes em suas dimensões culturais e históricas, porém se assemelham quanto à seus índices de baixa renda *per capita*, carência de alternativas econômicas e intensos problemas fundiários, bem como em suas práticas de uso da terra e demais recursos naturais - comumente consideradas ilegais ou clandestinas pelos gestores das áreas protegidas onde residem, devido às determinações impositivas da legislação ambiental. As comunidades tradicionais que vivem nas diferentes regiões do território da Bocaina, cenário do meu estudo, possuem identidade, cultura e características próprias. Mesmo assim, a vida na região os aproxima em termos de práticas, demandas e dos problemas que enfrentam.

Apesar das diversas transformações e limitações impostas ao seu estilo de vida e trabalho no decorrer dos anos, essas comunidades vêm se empenhando para afirmar sua cultura e se organizar, cada vez mais, por meio de fóruns e organizações de moradores, num esforço

constante de sobrevivência e busca por garantias territoriais.

Para as comunidades que vivem em unidades de conservação e enfrentam cotidianamente os desafios de permanência nessas áreas, poder estar em seu território aprendendo e ensinando dialeticamente com as gerações passadas e futuras, exercendo as práticas ambientais sustentáveis - desenvolvidas há gerações e atualizadas no cotidiano -, afirmaria a relação de interdependência que existe entre essas populações e as áreas protegidas e, ao mesmo tempo, ensinaria a possibilidade de construção de um futuro que possibilite a sobrevivência sustentável de ambas, posto que os moradores das áreas de conservação estão a elas ligados intimamente, numa relação de interdependência que, por fim, entrelaça seu futuro e mostra os caminhos possíveis de conciliação dos interesses recíprocos.

Cotejando as experiências relatadas em campo, é possível identificar um padrão de comportamento das gestões das UCs, ao desconsiderarem o modo de vida e a tradicionalidade dos usos e costumes dessas populações, ao lhes impor restrições - impossíveis de serem cumpridas sem abrirem mão do modo de vida que aprenderam de seus antepassados e que lhes dá o sustento -, além de punições as mais diversas e utilizar-se de violência psicológica extrema, as administrações das UCs desenvolvem um projeto de expulsão velada, ou nem tanto, que penaliza essas comunidades e os leva a questionar a possibilidade de sobrevivência e um futuro para os seus filhos.

Fui apresentada nesse estudo a um cotidiano permeado de conflito e embates no território entre as populações residentes e os gestores dessas áreas. Referenciada na ideia de território em um sentido mais amplo, quero destacar a importância da educação, dentro da perspectiva freireana, como ferramenta necessária para contribuir para a superação dessa realidade. Mas não qualquer forma de educação. Há que ser uma educação diferenciada para as comunidades tradicionais, sejam elas indígenas, quilombolas ou caiçaras, que reconheça que os métodos de ensinar e aprender destas devem ser diferentes e que incorpore a valorização da sua cultura, da defesa do seu território e de sua identidade, conforme previsto em lei.

A partir dos relatos do campo me parece evidente que é necessária uma formação educacional que respeite e reconheça a diversidade. Que seja concebida a partir de uma perspectiva múltipla, como se refere um dos depoentes das entrevistas, para que assim possa se transformar numa ferramenta útil para a luta pelo território e para a afirmação da identidade das populações locais, e contribua para seu senso de pertencimento, ao invés de agir como um mecanismo de exclusão e manutenção da desigualdade social, que funciona na maioria das

vezes como um incentivador da expulsão, mesmo que velada, destas populações de seus espaços de moradia

Afirma-se dessa maneira a percepção de que o processo de educação não pode estar dissociado das práticas que a vivência no território propicia - em particular nas áreas de preservação ambiental, como destaque nesse estudo -, às populações que nele habitam. Para além disso, evidencia-se como a educação pode contribuir para o senso de pertencimento das comunidades em relação às áreas de proteção onde vivem, e que essa relação se configura um mútuo pertencimento, pois na mesma medida em que os indivíduos pertencem às localidades que ocupam, estas localidades também pertencem aos indivíduos que nelas vivem - e delas cuidam.

Para os grupos sociais que vivem em unidades de conservação e enfrentam cotidianamente os desafios de permanência nessas áreas, poder estar em seu território aprendendo e ensinando dialéticamente com as gerações passadas e futuras, exercendo as práticas ambientais sustentáveis - desenvolvidas há gerações e atualizadas no cotidiano -, afirmaria a relação de interdependência que existe entre essas comunidades e as áreas protegidas e, ao mesmo tempo, a possibilidade de construção de um futuro que possibilite a sobrevivência sustentável de ambas.

## 7. Referências consultadas ou citadas

- ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, 2000, V. 43 nº 1.
- \_\_\_\_\_. Identidade Caiçara: exclusão histórica e sócio-ambiental. *Atualidades em etnobiologia e etnoecologia*, p. 27-43, 2002.
- ANDRADE, F. A. V. & LIMA, V. T. A. Gestão participativa em unidades de conservação: uma abordagem teórica sobre a atuação dos conselhos gestores e participação comunitária. *RELEM – Revista Eletrônica Mutações*, julho - dezembro, p. 21-40, 2016.
- BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. Da nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- \_\_\_\_\_. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. In: RICARDO, F. (org.). *Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: ISA, 2004. p.53-63.
- BEGOSSI, A.; LOPES, P. F., OLIVEIRA, L. E. C. E NAKANO, H. Síntese baseada no Relatório do Diagnóstico Socioambiental das Comunidades de Pescadores Artesanais da Baía da Ilha Grande (RJ). Rio de Janeiro: Instituto BioAtlântica, 2009.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; THEUER, Daniela. Um estado novo-desenvolvimentista na América Latina? *Economia e sociedade*, v. 21, p. 811-829, 2012.
- CARNEIRO DA CUNHA, M & ALMEIDA, M. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. In: João Paulo Capobianco et alii (orgs.). *Biodiversidade na Amazônia Brasileira*. São Paulo: Estação Liberdade. Instituto Socioambiental, 2001.
- CARVALHO, Alex *et al.* O que é metodologia científica. Marília: Fundação Unimed, 2007.
- CARVALHO, Aline Vieira de. *Escolhas políticas: memória regional e patrimônios no caso de Angra dos Reis*, RJ. 2011.
- CASSAB, Gabrieli Aparecida. *Relatos sobre a vida caiçara e as transformações do mercado: Comunidade do Calhaus-RJ*. 2017.
- CASTRO, Rodrigo Ribeiro de. *Expulsão por cansaço e resistências: etnografia das relações de poder no conflito territorial da Jureia (SP)*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2017.
- CRESTON, Helena Tuler. *Terreiros e quilombos no Brasil: um louvor às resistências. PatryTer*, v. 3, n. 5, p. 113-128, 2020.
- DA CUNHA, Manuela Carneiro; DE ALMEIDA, Mauro W. Barbosa. *Populações Indígenas, Povos Tradicionais e Preservação na Amazônia*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- DA SILVA MONTEIRO, Alcioni; DO NASCIMENTO MASCARENHAS, Suely Aparecida. Educação escolar diferenciada, formação de professores indígenas e currículo. *EccoS-Revista Científica*, n. 54, p. 17338, 2020.

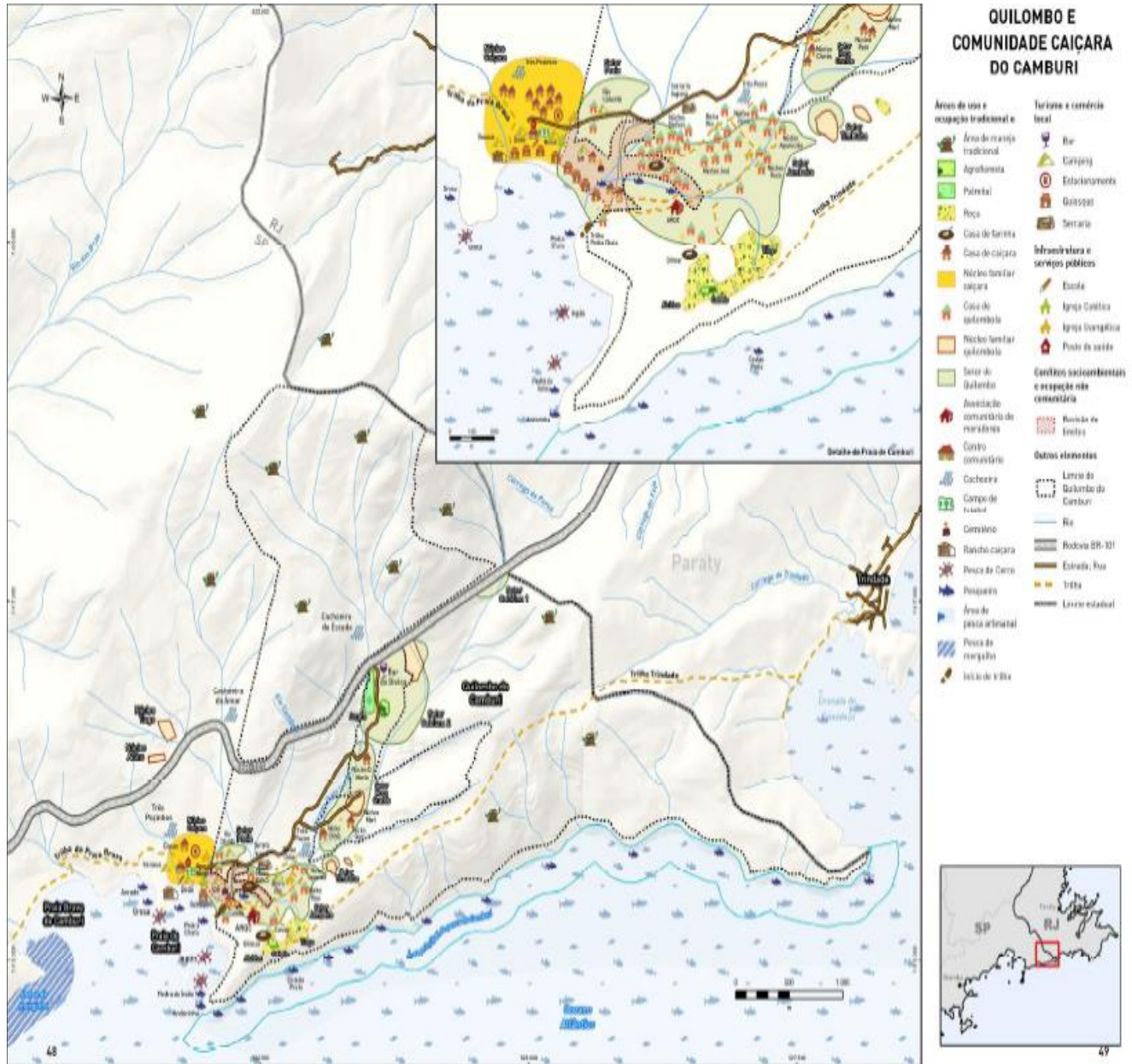


- DIEGUES, A. C. & NOGARA, P. J. N. O Nosso Lugar Virou Parque. 3ª. Edição. São Paulo: NUPAUB USP, 2005.
- DIEGUES, A.C. Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima. [S.l: s.n.], 1995.
- \_\_\_\_\_. O mito moderno da natureza intocada. 6ª edição. São Paulo: Hucitec, 2008.
- EMBRAPA. Comunidades tradicionais contribuem para o meio ambiente global. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/42060948/comunidades-tradicionais-contribuem-para-o-meio-ambiente-global>>. Acesso em 6/10/2021.
- FERNANDES, Maria Carolina Loureiro. Sair para ficar: deslocamentos entre caiçaras na Jureia (SP). Projeto de Pesquisa de Mestrado em Antropologia Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, 2017.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 26ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- GALLO, Dominique Chahine. Gestão territorial e dos recursos naturais na praia do Cambury, Ubatuba. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.SP, 2014.
- GALLO, E. & NASCIMENTO, V. (orgs.). O Território Pulsa. Fiocruz: Paraty, Rio de Janeiro, 2019.
- GARROTE, W. Os quintais caiçaras, suas características sócio-ambientais e perspectivas para a comunidade do Saco do Mamanguá, Paraty- RJ. Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, São Paulo, 2004.
- GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- IGNARRA, L. R. *Fundamentos do turismo*. São Paulo: Pioneira, 1999.
- INGOLD, Tim. Two reflections on ecological knowledge. *Nature knowledge: Ethnoscience, cognition and utility*. NY: Berghahn books, p. 301-10, 2004.
- LITTLE, P. Amazonia: territorial struggles on perennial frontiers. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.
- \_\_\_\_\_. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por Uma Antropologia da Territorialidade. *Anuário Antropológico*, 2002.
- MANETTA, Bárbara Romano, et al. Unidades de Conservação. *Engenharias On-line* 1.2): 1-10, 2016.
- MANSANO, Candice Filipak. "Do" tempo dos antigos" ao" tempo de Hoje": o caiçara de cambury entre a terra e o mar." 1998.
- MARCONDES, D. & RAIMUNDO, S. Povos tradicionais e turismo: o Taus como instrumento para gestão de conflitos? *Ambiente & Sociedade*, 22, 2019.
- MEDEIROS, R. & GARAY, I. Singularidades do sistema de áreas protegidas no Brasil e sua importância para a conservação da biodiversidade e o uso sustentável de seus componentes. In: GARAY, Irene Ester Gonzalez; BECKER, Bertha Koiffman. (Orgs.). *Dimensões humanas da biodiversidade: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI*. Petrópolis: Vozes. p. 159-184, 2006.
- MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. *Revista Ambiente & Sociedade*, v. 9, n. 1, jan./jun., p. 41-64, 2006.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: metodologia de pesquisa social (qualitativa) em saúde. Hucitec, 1989.

- MOREIRA, A. F. B. & DA SILVA, T. T. Sociologia e Teoria Crítica do Currículo: uma introdução. Currículo, Cultura e Sociedade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- MUSSOLINI, G. Ensaio de Antropologia Indígena e Caiçara. Org. Edgard Carone. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- NETO, Dorival Bonfa. Cartografia Social Participativa na Vila de Picinguaba (Ubatuba-SP). *Mares: Revista de Geografia e Etnociências*, v. 1, n. 2, p. 141-145, 2019.
- PERRELLI, M. A. de S. “Conhecimento Tradicional” e Currículo Multicultural: Notas com base em uma experiência com estudantes Indígenas Kaiowá/Guarani. *Ciência & Educação*, v. 14, n. 3, p. 381-96, 2008.
- PETROBRÁS. Projeto de Caracterização dos Territórios Tradicionais (PCTT) – Caiçaras, Quilombolas e Indígenas. Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP), 2018.
- ROSA, Henrique Campos Moreira. *Atores e interesses que articulam as transformações sócio-espaciais de uma localidade caiçara: o caso de Pouso da Cajaíba no litoral sul-fluminense*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: CPDA, UFRRJ, 2005.
- SANTILLI, J. Povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais: a construção de novas categorias jurídicas. In: RICARDO, F. (org.). Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: ISA, p.42-49, 2004.
- SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente (SMA). Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Mar. São Paulo: SMA, 2006.
- SASSEN, Saskia. Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global. Editora Paz e Terra, 2020.
- SAWAIA, Bader. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Editora Vozes Limitada, 2017.
- SEVALHO, Maria Clara Valverde. O plano de emergência da central nuclear de Angra dos Reis/RJ: avaliação sobre os riscos para o turismo no distrito de Mambucaba. 2018.
- SILVA, Simone Rezende da. Populações tradicionais camponesas, um estudo de território, identidade, problemas ambientais e fundiários. O caso de Camburi - Ubatuba-SP. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.
- SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- THOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TOFANI, F. P. Os desafios do desenvolvimento sustentável em comunidades frágeis sob o impacto do turismo. *Revista EA* (Belo Horizonte), p. 2-25, mar. 1999.
- VIANNA, Lucila Pinsard. De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação. Annablume Editora, 2008.

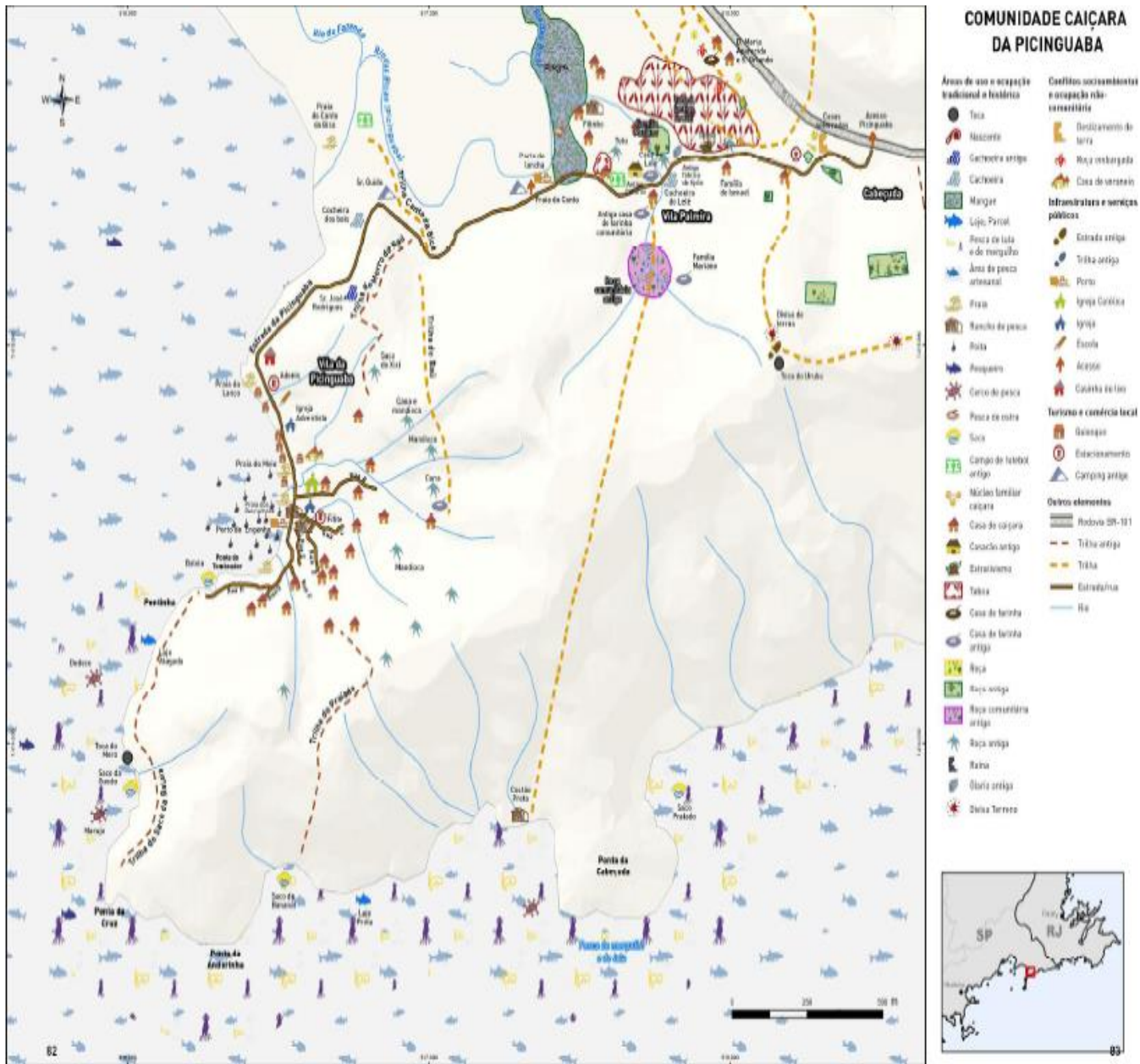
8. ANEXOS

**ANEXO 1**  
**Cartografia Social Quilombo e Comunidade Caiçara do Camburi (SP)**



FONTE: [https://drive.google.com/file/d/1nf\\_w1QvykyBu6LhfrP3v9Zf9ZUHpo\\_j/view](https://drive.google.com/file/d/1nf_w1QvykyBu6LhfrP3v9Zf9ZUHpo_j/view)

## ANEXO 2 Cartografia Social Comunidade Caiçara da Picinguaba (SP)

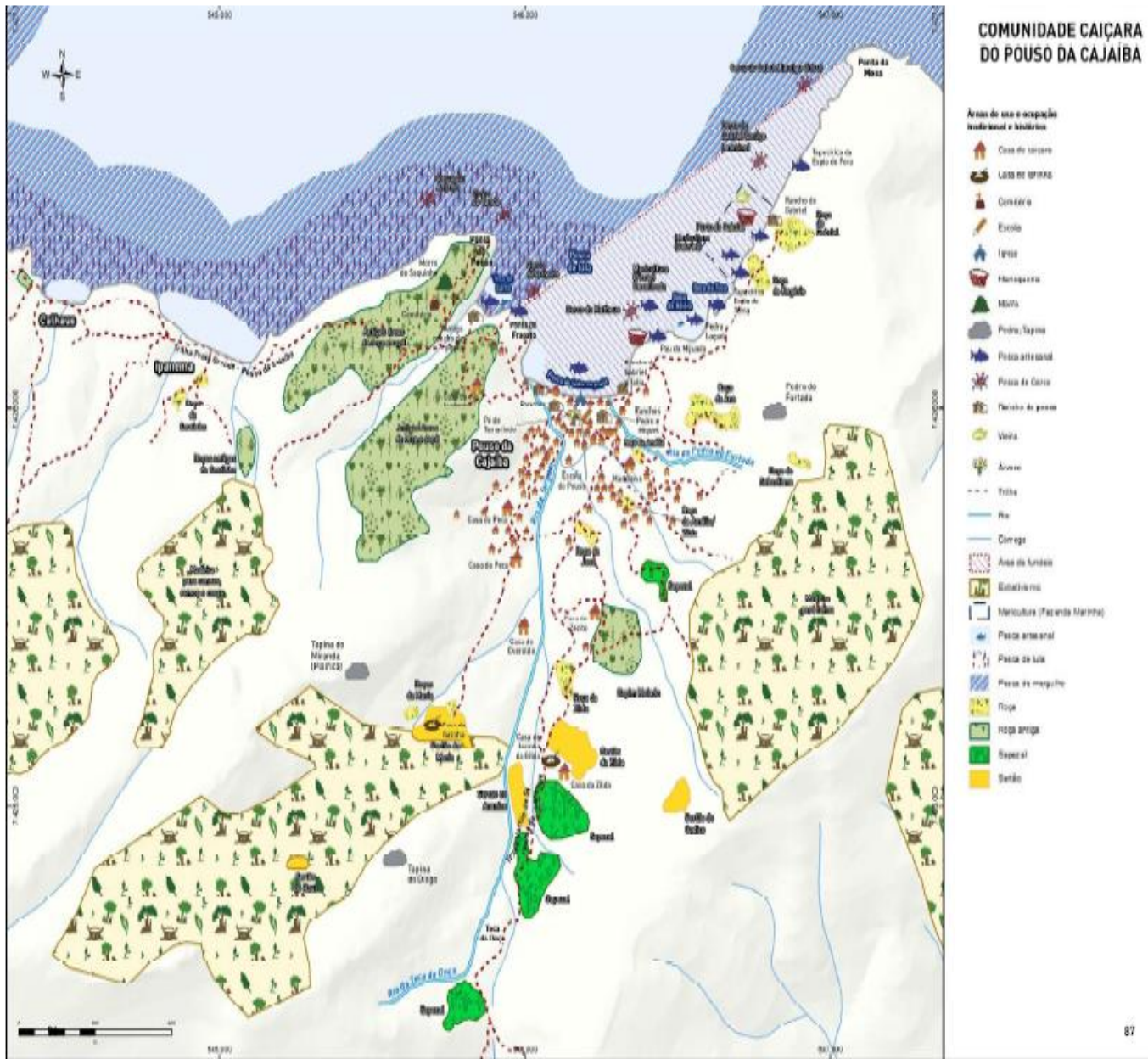


FONTE: [https://drive.google.com/file/d/1nf\\_\\_w1QvykyBu6LhfrP3v9Zf9ZUHpo\\_j/view](https://drive.google.com/file/d/1nf__w1QvykyBu6LhfrP3v9Zf9ZUHpo_j/view)



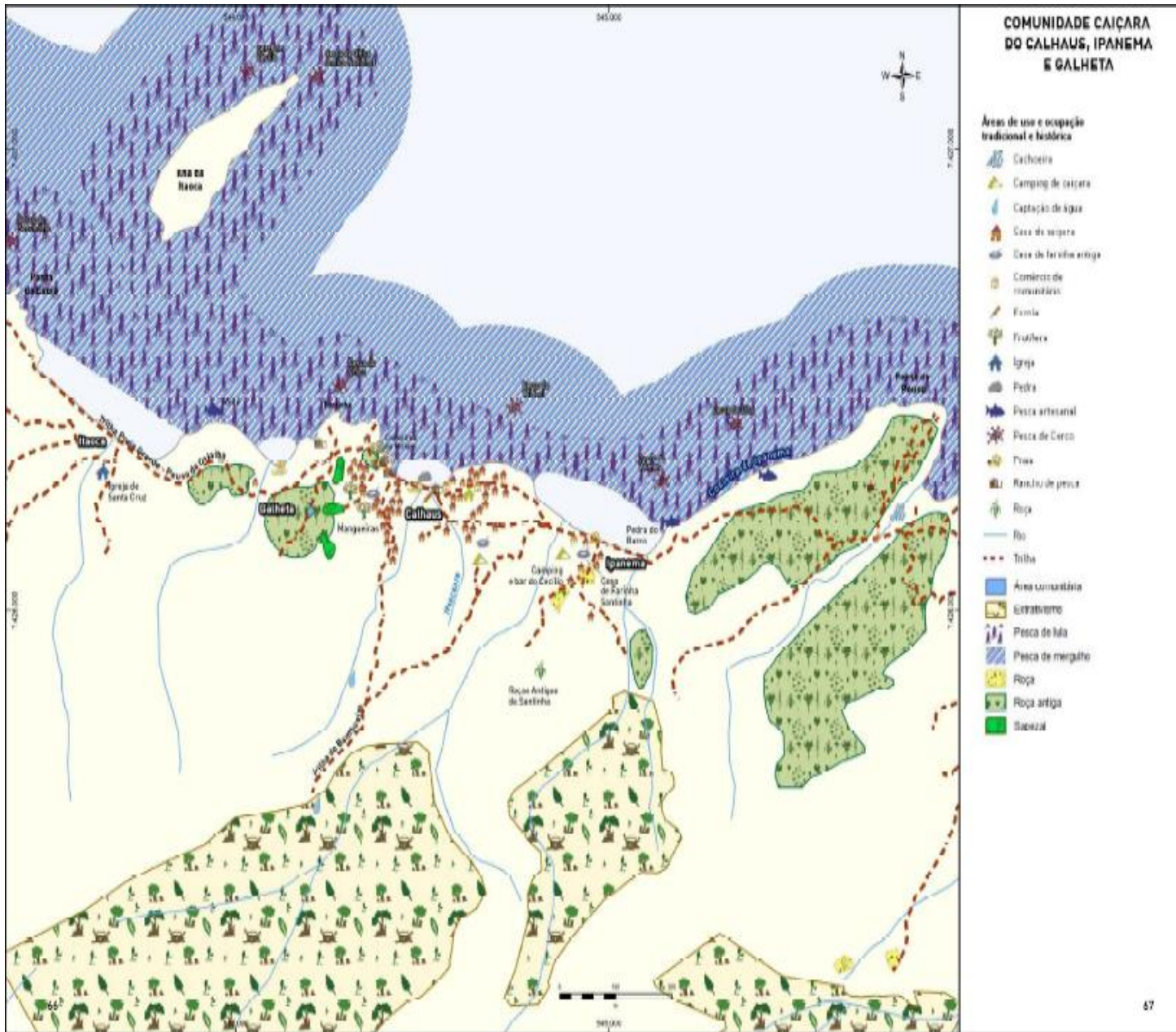
### ANEXO 3

## Cartografia Social Comunidade Caiçara do Pouso da Cajaíba (RJ)



FONTE: [https://drive.google.com/file/d/1NA4S4s8R-\\_JOgtLWjFyQsYrSXuwKe-gp/view](https://drive.google.com/file/d/1NA4S4s8R-_JOgtLWjFyQsYrSXuwKe-gp/view)

**ANEXO 4**  
**Cartografia Social Comunidade Caiçara do Calhaus, Ipanema e Galheta (RJ)**



FONTE: [https://drive.google.com/file/d/1NA4S4s8R-\\_JOgtLWjFyQsYrSXuwKe-gp/view](https://drive.google.com/file/d/1NA4S4s8R-_JOgtLWjFyQsYrSXuwKe-gp/view)